

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Cassiano Barbosa Tiezerin

**A OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA NA COBERTURA
DAS ELEIÇÕES DE 2014 PARA GOVERNADOR
DO RIO GRANDE DO SUL NO JORNAL CORREIO
DO POVO**

Passo Fundo

2015

Cassiano Barbosa Tiezerin

A OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA NA COBERTURA
DAS ELEIÇÕES DE 2014 PARA GOVERNADOR DO RIO
GRANDE DO SUL NO JORNAL CORREIO DO POVO

Monografia apresentada ao curso de Jornalismo, da Faculdade de Artes e Comunicação, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo, sob a orientação da Ma. Maria Joana Chaise.

Passo Fundo

2015

Sempre achei mais fácil retribuir uma ajuda do que agradecer, as ações para mim sempre foram mais fáceis que as palavras. Mas diante do término dessa etapa da minha vida não poderia deixar de agradecer algumas pessoas que foram tão importantes na minha formação, principalmente escolar e acadêmica. Vou usar uma possível ordem cronológica – na minha cabeça pelo menos – para tentar não esquecer de ninguém. Primeiro gostaria de agradecer a minha mãe Rosemere Pinheiro Barbosa (*in memoriam*), que não está mais aqui para ver o filho dela se formar no ensino superior. Por mais que ela nunca tenha dado bola para o seu estudo e saído da escola antes mesmo de ser alfabetizada, ela sabia que era importante estudar, sempre me incentivou e sempre se orgulhou por ter um filho que sempre passava de ano e que entrou na faculdade, por mais que para mim pudesse parecer algo normal e de minha obrigação, sei que para a realidade dela era algo para ser visto de forma admirável. Também quero agradecer ao meu pai, Pedro Alberto Tiezerin, que também sempre me motivou a estudar e principalmente sempre confiou em mim. Por mais que eu sempre fosse um aluno que conversava muito e dispersava meus colegas, principalmente no colegial, minhas notas sempre foram boas. Não precisava mostrar as minhas notas para ele saber que eu era um bom aluno. É o meu agradecimento por sempre ter me dado votos de confiança e ter me passado seus valores de justiça, gratidão, humildade e simplicidade.

Agradeço também a minha tia, Nilcéia de Fátima Pinheiro Barbosa, que cuidou de mim quando foi preciso e nunca deixou nada faltar, que quando morava com ela na minha cidade natal, São Leopoldo, me colocou na escola, e sabendo que eu já era alfabetizado não mediu esforços para que eu não perdesse um ano na então pré-escola e me colocando

direto na primeira série. Essa realização fez com que eu pudesse me formar com 16 anos e também entrar na faculdade com essa idade, para me formar com 20. Agradeço também a todos os outros membros da minha família paterna e materna, desde os que sempre estiveram do meu lado me apoiando, minha irmã, meus primos (as) e tios (as) até os que me incentivaram a estudar mesmo de longe, sem praticamente ter me conhecido, como meu tio Robson Barbosa.

Avançando nessa minha linha do tempo de agradecimento, não posso esquecer da minha namorada, Priscila Dalzotto, que sempre esteve comigo quando precisei e foi minha companheira de todos os momentos, me dando apoio e me ajudando. Espero me formar agora, para sermos mais um casal de jornalistas que existe nessa área. Quero agradecer ao Prof. Me. Fábio Rockenbach que me ajudou no pré-projeto da monografia e principalmente a minha orientadora Prof. Ma. Maria Joana Chaise que me auxiliou e me deu as ferramentas necessárias para que essa monografia virasse realidade. Agradeço também a todos os meus colegas do Jornal O Nacional, onde foi minha segunda escola, ao lado do curso de jornalismo. Depois de ter me delongado demais, finalizo agradecendo todos os amigos que tenho ao meu lado. Pois sem as amizades, não teria com quem rir e me divertir, nem dividir momentos como esse. Um muito obrigado a todos que de alguma forma se fizeram presente nessa conclusão que não é um fim, e sim, um começo.

Resumo

A presente pesquisa investiga como foi realizada a objetividade jornalística na cobertura da eleição para governador do Estado do Rio Grande do Sul em 2014 pelo jornal Correio do Povo, assim, buscando saber se o jornal gaúcho, que tem mais de 126 mil exemplares de acordo com o Índice Verificador de Circulação, foi objetivamente jornalístico na sua cobertura através da construção dos seus textos jornalísticos na editoria de política. Para isso foi realizado um embasamento teórico para entendimento dos conceitos de objetividade jornalística, construção da realidade a partir do jornalismo e jornalismo político. Com esse embasamento realizado, para a pesquisa foi utilizado a análise de discurso, que visa distinguir qual o discurso utilizado nos textos jornalísticos. O jornal Correio do Povo nas primeiras edições analisadas se utilizou de discursos unilaterais para a construção dos seus textos, já nas últimas edições pode-se perceber que o jornal preferiu destacar o tom de embate entre Tarso Genro (PT) e José Ivo Sartori (PMDB), construindo seu discurso a partir da fala dos dois candidatos. Dessa forma pode-se considerar que no início o jornal não foi objetivo em sua cobertura, mas alcançou tal feito no final.

Palavras-chave: Jornalismo Político. Objetividade Jornalística. Eleições 2014.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Ana Amélia volta a subir o tom contra PT.....	34
Figura 02: Os planos dos candidatos ao Piratini.....	36
Figura 03: PT e PP evitam colidir agendas.....	37
Figura 04: Sartori diz perceber crescimento.....	38
Figura 05: Tarso Genro brinca com resultado no domingo.....	39
Figura 06: Ato reúne militância de Tarso.....	41
Figura 07: Para Sartori, projeto da dívida do RS é ruim	43
Figura 08: Peemedebista formaliza apoio a Aécio.....	45
Figura 09: PMDB organiza campanha com prefeitos.....	47
Figura 10: PRB confirma apoio a Sartori.....	48
Figura 11: PSol libera filiados, mas ataca Tarso e Sartori.....	49
Figura 12: Empresários propõem saídas ao RS.....	51
Figura 13: Provocações em novo enfrentamento.....	53
Figura 14: Gaúchos escolhem entre Tarso e Sartori.....	55
Figura 15: “O domingo de Sartori” e “O domingo de Tarso”.....	56
Figura 16: Quatro quesitos de Tuchman (1999) nos textos analisados.....	58

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 A OBJETIVIDADE E A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE NO JORNALISMO POLÍTICO	10
1.1 Objetividade jornalística.....	10
1.2 Construção da realidade.....	16
1.3 Jornalismo político.....	22
2 METODOLOGIA.....	29
2.1 Apresentação do objeto de pesquisa.....	29
2.2 Análise de discurso.....	30
3 ANÁLISE.....	33
3.1 1ª edição – Jornal Correio do Povo do dia 02/10.....	33
3.2 2ª edição – Jornal Correio do Povo do dia 10/10.....	40
3.3 3ª edição – Jornal Correio do Povo do dia 18/10.....	50
3.4 4ª edição – Jornal Correio do Povo do dia 26/10.....	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	61

INTRODUÇÃO

O jornalismo pode construir uma construção da realidade entendida pelo seu público a partir do momento que ele escolhe determinadas palavras para usar. No jornalismo político e focando-se na cobertura das eleições ele pode manipular quando não é objetivo. Assim, o jornalismo pode até acabar mudando os rumos da política a partir do momento que escolhe dar mais enfoque para um assunto ou até mesmo esconder outros temas

Esse trabalho pretende responder à pergunta: como foi realizada a objetividade jornalística na cobertura das eleições para governador do estado do Rio Grande do Sul pelo Jornal Correio do Povo em 2014? O Jornal Correio do Povo é um dos principais jornais do Rio Grande do Sul, tendo um grande alcance em número de leitores no Estado. Com essa grande capacidade de alcance, qualquer tipo de diferença no tratamento dado aos candidatos, assim como o número de informações negativas ou positivas veiculadas, podem acabar influenciando os votos destes leitores. Por ter grande quantidade de leitores, mais de 126 mil de acordo com o Índice Verificador de Circulação no primeiro semestre de 2014, ele tem condições de influenciar os seus leitores. Por outro lado, caso atue de forma responsável e objetiva, pode praticar um jornalismo sério e comprometido com os ideais de servir à opinião pública. Dessa forma, é possível afirmar que a objetividade jornalística acaba sendo um escudo no qual os jornalistas se baseiam para a construção do seu texto. Tal construção textual acaba produzindo os discursos responsáveis por repassar à sociedade o que é tido como realidade, ou seja, acaba construindo socialmente a realidade conforme a compreendemos, através das matérias escritas e da abordagem que o repórter e o editor fazem.

Como objetivos específicos, o presente trabalho também visa analisar como o jornal Correio do Povo buscou colocar em prática as estratégias de objetividade. Conhecer os conceitos da objetividade no campo do jornalismo, a construção da realidade a partir do jornalismo e também os conceitos do jornalismo político.

A fundamentação teórica que dá embasamento a essa pesquisa apresenta, inicialmente, a discussão do conceito objetividade jornalística a partir dos autores Amaral (1996), Pena (2005) e Tuchman (1999). De início, é apresentado o conceito no contexto da história do jornalismo, no começo da utilização do termo objetividade no campo da comunicação, até os tempos atuais, quando a objetividade é utilizada como escudo a todo o momento por parte dos jornalistas, e ao mesmo tempo acaba sendo um ideal inalcançável, assim dando margem para

que se compreenda que as notícias apresentadas pelos meios de comunicação são uma construção da realidade social. Essa discussão é apresentada a partir de Charaudeau (2009), Rodrigues (1993), Molotch (1999) e Lester (1999). Para finalizar o embasamento teórico é necessário compreender o jornalismo político, sua história, principalmente no Brasil, e quais são os conceitos adotados por quem cobre a editoria de política. Seabra (2006), Goldenstein (1987), Medina (2006) e Martins (2005) são os autores escolhidos para explicar esses tópicos do jornalismo político.

Como recorte de análise foi estabelecida uma semana construída das edições do jornal Correio do Povo durante o segundo turno da cobertura da campanha para o governo de estado gaúcho de 2014, partindo da edição do dia 18 de setembro até o dia 26 de outubro. O método utilizado será a Análise de Discurso, a partir da conceituação de Benetti (2007), que propõe uma análise na qual é necessário compreender que a estrutura do texto é exterior e anterior, e o que cada palavra representa no contexto. E também os critérios que Tuchman (2000) elenca para saber se um texto é objetivo jornalisticamente.

1. A OBJETIVIDADE E A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE NO JORNALISMO POLÍTICO

Abordam-se nesse capítulo os embasamentos teóricos fundamentais para compreendermos o processo de analisar a cobertura de eleitoral no jornal Correio do Povo na editoria de política.

1.1 Objetividade Jornalística

A Objetividade é um conceito que o jornalismo tenta alcançar, por mais que para muitos seja um ideal inalcançável. Diferente da imparcialidade, onde o sujeito não teria lado e da neutralidade, onde o repórter conseguiria ser neutro, a objetividade compreende que o jornalista pode ter o seu lado e visão de mundo, porém que mesmo assim ele precisa construir um texto objetivo para seus leitores, sem usar juízos de valores ou a sua opinião.

Segundo Amaral (1996), a palavra objetividade faz parte do dia a dia do jornalismo, desde a fala dos jornalistas com seus pares, até a ser destacada em muitos manuais de redações: seja objetivo, escreva um relato objetivo entre outros exemplos. Sendo assim, a objetividade pode ser considerada uma das principais virtudes do texto jornalístico. “Qualidade defendida há quase um século pela imprensa americana e espelho de muitas, inclusive a brasileira” (AMARAL, 1996, p. 17).

Já para Tuchman (1999), os jornalistas acreditam que podem justificar as pressões contínuas como prazos, pressões de seus superiores e processos de difamação com o argumento que eles estão sendo objetivos. Assim, o jornalista utiliza da objetividade como fuga de possíveis retaliações, como por exemplo, dizendo que citou outras pessoas em vez de dar a sua opinião, assim apresentando somente os fatos. A autora sugere que a objetividade pode ser compreendida como um ritual estratégico, protegendo os jornalistas dos riscos naturais da sua profissão.

Há muito se fala em objetividade, principalmente no que se refere ao jornalismo. Existem muitas teorias e opiniões, além de autores e estudiosos do assunto, acerca desse tema que, por vezes, acaba se tornando polêmico. Enquanto uns preferem textos subjetivos e cheios

de pormenores, há aqueles que preferem textos objetivos e concretos, considerando-os mais concisos e coerentes, além de serem mais compreensíveis.

Na avaliação de Pena (2005), ao longo dos anos, o conceito de objetividade foi perdendo um pouco o sentido real, e ainda hoje causa muita confusão, pois a sociedade acaba confundindo texto com discurso. Ou seja, na avaliação do autor a notícia é escrita carregada de opinião, assim os leitores confundem a opinião de quem escreveu com a informação, e muitos acreditam levam como verdades e acabam comprando o discurso de quem escreveu como ideologia. E para o autor essa não é a função do jornalista.

A objetividade trata-se de uma referência usada em todas as fases do processo de fazer jornalismo, como relata Amaral (1996), desde a pauta de assuntos até o tamanho do texto, passando pela apresentação gráfica e a natureza do espaço que o texto ocupará no jornal. E que é constantemente confrontada com o seu antônimo: a subjetividade. O ser humano é “prisioneiro de sistema de valores adquiridos” (AMARAL, 1996, p 18), ou seja, os nossos atos são veementemente influenciados pela nossa própria maneira de enxergar o mundo. Cada pessoa carrega em si uma espécie de filtro e com base nesses filtros constrói a realidade. Assim, a objetividade vem justamente de encontro com esses valores naturais do homem, os confrontando. A dúvida é saber se é possível o ser humano descrever os fatos da maneira que eles realmente acontecem, e em qual grau de precisão, independente da relação que o repórter tem com o fato. Isso faz com que se questione se a objetividade é realmente um caminho para a verdade e a realidade.

Segundo Pena (2005, p. 49) “o conceito de objetividade é o mais discutido no jornalismo. Talvez, o mais antigo”. Porém o autor acredita que o problema do conceito não está no tempo, mas sim na interpretação. A interpretação é definida em oposição à subjetividade, o que é um grande erro, pois ela surge não para negá-lo, mas sim para que se reconheça sua inevitabilidade.

A objetividade, então, surge por que há uma percepção de que os fatos são subjetivos, ou seja, construídos a partir da mediação de um indivíduo, que tem preconceitos, ideologias, carências, interesses pessoais ou organizacionais e outras idiosincrasias. E como estas não deixarão de existir, vamos tratar de amenizar sua influência no relato dos acontecimentos (PENA, 2005, p. 51).

Já Amaral (1996) diz que a objetividade nem sempre acompanhou o jornalismo, mas que em algum momento seria natural que a noção de objetividade viesse a atrair os veículos de comunicação, cuja principal vontade é informar aos seus leitores. Porém a utilização não se fez do dia para a noite. De acordo com o autor iniciou no começo do século XIX, com uma lenta e

persistente utilização e discussão da importância da objetividade e de seus princípios. Acredita-se que esses princípios foram estabelecidos por volta de 1850, preparando terreno para o que ainda seria chamado de objetividade, sendo empregada quase 80 anos depois. Isso gerou diversas discussões no campo da comunicação para saber qual seria a teoria correta para a expressão objetividade jornalística. Ocorrendo porque até então os meios não se preocupavam com o equilíbrio e parcialidade. Até esse período, os jornais eram totalmente partidários, com lados e opiniões bem definidas, assim, seus leitores compravam os jornais para ler a versão parcial das informações e também para ler as críticas aos adversários, muitas construídas em tons bem pessoais, não ligando para a procedência dos fatos. “A ideia de notícia como depois passamos a ter, demoraria a amadurecer” (AMARAL, 1996, p. 26). E esse amadurecimento e transformação, iria depender de diversos fatores ao longo do tempo, como: expansão do mercado, democratização, desenvolvimento tecnológico, expansão da economia, aumento do índice de alfabetização e o crescimento da importância da classe média.

É durante os primeiros 30 anos do século XIX na França, Inglaterra e Estados Unidos que ocorre a transformação de uma imprensa politizante para uma imprensa comercializada, relata Amaral (1996). E nesse período a objetividade começou a ganhar espaço nos meios de comunicação. Ainda no início, antes de ganhar a denominação objetividade por ofício, passou a ser identificada com uma mistura de estilos diretos, isenção, imparcialidade, neutralidade, distanciamento e factualidade. Ou seja, os valores adotados até hoje pelas grandes mídias, principalmente as brasileiras.

E para chegar até os moldes que é conhecido e utilizado atualmente, “quatro acontecimentos principais contribuíram, ao longo do tempo, para a adoção definitiva do princípio da objetividade” (AMARAL, 1996, p. 26) no o autor destaca: o advento das agências de notícias, o desenvolvimento industrial, as duas grandes guerras e o advento da publicidade e da relações públicas.

Tuchman (1999) faz um paralelo entre a objetividade na vida da ciência social e do jornalismo, lembrando que as duas áreas buscam a objetividade. Entretanto, a autora sugere que a frequente insistência dos cientistas sociais na objetividade não é específica da sua profissão. Mas que para ambos, o termo serve como uma fortaleza entre os críticos e eles. Assim, o jornalista precisa ser capaz de invocar algum conceito de objetividade a fim de trabalhar os fatos relativos à realidade social. “E três fatores influenciam a noção de objetividade dos jornalistas: a forma, as relações interorganizacionais e o conteúdo” (TUCHMAN, 1999, p. 75). Por forma, a autora entende os atributos das notícias e dos jornais que exemplificam os processos noticiosos, como a utilização de aspas. Por conteúdo a autora refere-se às noções de

realidade social na qual os jornalistas consideram adquiridas na sua vida profissional. Assim, o conteúdo também está interligado com as relações interorganizacionais do jornalista, uma vez que, suas decisões passam a ser por experiências atreladas a essa relação. E ao contrário dos cientistas sociais, os repórteres têm limitadas definições para defenderem a sua objetividade, pois eles têm de tomar decisões rápidas, assim chegando na verdade buscada em poucos instantes. “O processamento das notícias não deixa tempo disponível para a análise epistemológica reflexiva” (TUCHMAN, 1999, p. 76).

Os jornalistas lutam para conseguir a objetividade jornalística a fim de minimizar ou excluir os riscos da profissão, pois cada notícia, segundo Tuchman (1999) acarreta perigo tanto para a redação quanto para o próprio repórter. Cada notícia pode afetar diretamente a capacidade dos jornalistas nas realizações das tarefas diárias, a reputação com seus superiores e também podendo chegar a influenciar os lucros da empresa. Tendo em vista que um jornal é formado por diversas notícias, esses perigos acabam se tornando múltiplos e onipresentes. Por isso a objetividade surge como estratégia: se os jornalistas da instituição reunirem e estruturarem seus textos em um padrão onde os fatos apareceram de uma forma imparcial, impessoal e descomprometida, os processos por difamação e todos os outros perigos serão evitados.

A própria questão da imparcialidade é muito discutida nas academias, mas é sabido que nem sempre ela é exercida, até mesmo porque todos têm personalidades diferentes e que elas são de alguma forma, inseridas junto ao texto. Além da personalidade, o filtro de cada um, que se dá de acordo com suas vivências, ideologias e conhecimento de mundo, também acaba indo para o papel. Tudo isso, dá as características ao texto, fazendo assim, com que cada texto tenha seu diferencial, e esse diferencial depende de quem está o escrevendo. Mas o problema é quando essas características individuais vão para outro lado tornando-se manipulações ou textos tendenciosos de acordo com interesses. A questão é saber ou tentar amenizar essa influência como diz Pena (2005).

Para um texto genuinamente objetivo, além da verificação dos fatos, Tuchman (1999) elenca quatro fatores estratégicos para que o jornalista consiga um texto objetivo: apresentação de possibilidades conflitantes, apresentação de provas auxiliares, o uso judicioso das aspas e a estruturação da informação numa sequência apropriada. A apresentação de possibilidades conflitantes significa, segundo a autora, que os jornalistas precisam ser capazes de perceber os fatos mesmo eles não estando apresentados de forma clara, pois em muitas vezes as pretensões da verdade dos fatos são de difícil detecção. Assim, cabe ao jornalista criar uma espécie de

vitrine de realidades, não dando uma explicação irrefutável dos fatos e sim diversas pretensões de verdades contraditórias.

A apresentação de provas auxiliares representa uma segunda estratégia para a construção de um texto objetivo, de acordo com a autora, configurando as situações em que o jornalista consegue provas que ratificam uma afirmação. As apresentações dessas provas consistem na localização e citação de fatos complementares, que são normalmente aceitos como verdadeiros. Pois, as provas auxiliares são de extrema importância, “se o repórter decidir falar pelos fatos, ele não poderá afirma-se objetivo, impessoal e imparcial. Naturalmente, é assunto assente, do ponto de vista sociológico, de que os fatos não falam por si” (TUCHMAN, 1999, p. 81).

O uso judicioso das aspas é outro fator fundamental para o texto objetivo, na opinião de Tuchman (1999), pois os profissionais do jornalismo enxergam as opiniões dos outros como uma prova suplementar. Ou seja, ao inserir a opinião de outrem, o repórter tira o peso da sua responsabilidade e passa para quem está falando. E ao acrescentar mais nomes e citações, o repórter consegue extrair mais opiniões da matéria, assim, chegando a conseguir que os outros digam o que ele próprio pensa. Mesmo com o repórter concordando com todas as afirmações que estão entre aspas, ele pode afirmar que não emitiu as suas opiniões na notícia. As opiniões tornaram o texto objetivo e, pelo menos de certa forma protegeram o jornalista dos seus superiores e também da crítica.

O último e não menos importante item que se configura como uma estratégia para obter a objetividade, de acordo com Tuchman (1999) é a estruturação da informação numa sequência apropriada, um procedimento destinado a indicar a objetividade. A informação mais importante de um acontecimento necessita ser apresentada no primeiro parágrafo, e cada parágrafo subsequente deve apresentar informações de menor importância. E, para a autora, este é o aspecto formal que apresenta mais problemas na objetividade jornalística. Mesmo que um repórter se submeta aos ideais de seu editor ou do manual de redação para a criação do lead, ele é a pessoa responsável pela criação do lead da notícia. Pode-se perceber que os repórteres seguidamente não ficam de acordo na identificação do fator mais importante da matéria. Como um exemplo podemos citar uma cobertura de manifestações, onde um repórter pode abrir seu texto falando milhares participaram do evento e que ela foi pacífica, deixando para o final a informação que houve uma pequena briga, e o outro repórter poderá abrir a sua matéria contando justamente o caso em que existiu violência.

Já Pena (2005) acredita que atualmente o que se observa é uma simbiose da informação e com opinião, e não uma separação como a objetividade prega. Para o autor, as notícias nunca

tiveram tão inundadas de opiniões. E justamente o que causa isso é ter de atender os critérios de objetividade, que obrigam o jornalista a ouvir os dois lados da história. Assim, os jornais acabam valorizando mais a opinião do que o fato em si. Resumindo, se preocupam mais com os comentários sobre o acontecimento do que com o acontecimento.

Tuchman (1999) também acredita que o senso comum desempenha um importante papel na avaliação do conteúdo noticioso, uma vez que para construir uma notícia é necessário compor uma quantidade de fatos, e é justamente o senso comum que determina se uma informação deve ser aceita como um fato.

Por exemplo, considera-se as provas auxiliares aceitas como fato na descrição objetiva da propaganda comunista. Se o controverso artigo tivesse referido o livro *O Capital* no cenário da história, o termo comunista justificaria-se. *O Capital* é geralmente associado ao comunismo e não é visto como um livro de teoria econômica (Tuchman, 1999, p. 87).

É devido a essas pressões que o jornalista precisa ser capaz de afirmar que ele é um profissional objetivo. E desenvolver estratégias que lhe permitam afirmar que o fruto de seu trabalho é um texto objetivo, neutro, impessoal e imparcial. Para tanto, utiliza-se de todos os quesitos possíveis, até os mais problemáticos, para comprovar a sua imparcialidade com os fatos e manter a sua credibilidade. (TUCHMAN, 1999).

Já para Amaral (1996), a objetividade jornalística é um ideal totalmente contestado. Ele lembra uma frase antiga e popular que muitas vezes coloca em destaque a desconfiança da população em relação a maneira como são ofertadas as notícias: “Isso é conversa de jornal” (AMARAL, 1996, p. 55). Para o autor, os jornais são alvos de críticas de todos os lados. A esquerda chama os jornais de parte do capitalismo conservador, a serviço dos poderosos e influentes. Já a direita, os acusam de ser reduto de liberais.

Segundo Bagdikian (apud AMARAL, 1996) a objetividade surgiu para pôr fim no sensacionalismo, assim, exigindo mais disciplina por parte dos jornalistas e editores dos jornais. E, logo, melhorou a qualidade da informação dos fatos noticiados fortalecendo o crescente senso de ética e disciplina no jornalismo. Mas esse novo preceito ainda não era o que se conhece por objetividade atualmente. Diferentes pessoas escrevendo o mesmo assunto nunca produziriam exatamente a mesma coisa. Bagdikian (apud AMARAL, 1996) acredita que mesmo com todas as vantagens técnicas, a objetividade contradiz a natureza primeiramente subjetiva do jornalismo, porque cada passo dado dentro do processo de construção da informação envolve uma decisão baseada em valor. O autor justifica sua análise avaliando que um número infinito de acontecimentos, o editor precisa escolher aqueles que vão ser noticiados.

De tantas possíveis fontes, o jornalista precisa escolher qual ele vai entrevistar. E depois de tudo isso realizado, cabe novamente ao editor escolher quais matérias vão ir para a capa.

Nenhuma dessas decisões é realmente objetiva, mas a técnicas disciplinares da objetividade tem a falsa aura de uma ciência e isso deu a quase um século de jornalismo americano uma ilusão de inatacável correção. A objetividade deu ênfase demasiada às vozes oficiais e esqueceu áreas de grandes relevâncias que as autoridades preferem não tocar. Acentuou forças sociais como concursos de retórica de personalidade. Aprofundou a brecha que é uma constante ameaça à democracia: a diferença entre as realidades do poder privado e as ilusões da imaginação pública (BAGDIKIAN apud AMARAL, 1996, p. 60).

Assim, pode-se compreender que a objetividade realmente é um ideal totalmente questionável, e serve mais como um tipo de proteção do repórter frente as todas adversidades que ele pode ter ao decorrer da construção do seu texto jornalístico. A objetividade acaba gerando discursos ambíguos e dificilmente conseguirá ter um conceito absoluto. Se para muitos a objetividade não existe, então os textos jornalísticos podem ser compreendidos que são construídos com um porquê. O jornalista pode construir o seu texto tendo seus diversos fins.

1.2 Construção da realidade

Sabendo que o jornalista é um cidadão comum, ele também tem seus pontos de vista e visão sobre os acontecimentos que ocorrem no mundo. Na hora de escrever o seu texto jornalístico, o repórter pode simplesmente construir a sua matéria com base no seu senso crítico, assim o texto pode ter contornos da sua opinião, sendo proposital ou não. Cada palavra utilizada no texto, mesmo que subjetivamente, pode acarretar valores na interpretação dos leitores, assim, pode-se compreender que o jornalista acaba criando uma construção da realidade a partir dos fatos.

Não existe uma captura da realidade que não tenha sido filtrada por quem informa, no qual atrela seu ponto de vista e assim constrói o seu fragmento de realidade, tentando passar a verdade. Para Charaudeau (2009), quem informa acaba criando um real construído, com todos os conhecimentos e experiências que foram adquiridos e não a realidade da forma que ela é genuinamente. Mas afinal o que é realidade? Não existe uma única realidade absoluta, e sim interpretações da realidade.

Molotch e Lester (1999) acreditam que a notícia é o resultado de uma necessidade básica do ser humano em estar ciente daquilo que é inobservado juntamente com a capacidade de informar os outros, aliado com o trabalho daqueles que fazem essa função, como os jornalistas. O passado e o futuro nada mais são que processos de construção e reconstrução de

rotinas diárias, na avaliação dos autores. Para essa construção são selecionados alguns fatos dos infinitos acontecimentos que ocorrem no dia a dia. E cada acontecimento tem o seu valor, devido ao contexto social em que está inserido. Sendo assim, os acontecimentos que são considerados importantes são aqueles que surgem como úteis para a maior parte da comunidade.

A atividade cotidiana de estabelecer ou definir os acontecimentos é guiada pelo ponto de vista de quem produz. Para Molotoch e Lester (1999) esse ponto de vista pode ser entendido como pontos de referências temporais que tornam as ocorrências em acontecimentos, no qual o indivíduo que passa a mensagem acaba promovendo um processo de ordenação julgado pelas suas experiências. Mas é necessário lembrar que esses pontos de referências temporais são totalmente mutáveis ao longo do tempo. Os acontecimentos podem até certo ponto, persistir, mas não são totalmente duráveis. “Qualquer ocorrência é um recurso potencial para construir um acontecimento, e o acontecimento assim construído está continuamente dependente dos fins de vista para a sua durabilidade” (MOLOTOCH, LESTER, 1999, p. 36)

Para Rodrigues (1993) no discurso jornalístico o acontecimento compõe tudo o que é produzido, ou seja, é o sujeito que dá sentido ao fato e não somente o próprio acontecimento em si. Por isso, um dos princípios da prática jornalística consiste em afirmar que os fatos são soberanos e a opinião sobre eles é livre. Para o autor, o acontecimento é tudo aquilo que acontece na “superfície lisa da história” (RODRIGUES, 1993, p. 27) entre uma abundância aleatória de possíveis fatos. O acontecimento por sua natureza é quase sempre imprevisível, cabendo ao jornalista relatar os fatos de maior importância para os seus leitores. Quanto menos provável e previsível for o fato, maior a chance de ele entrar no discurso jornalístico e virar notícia, avalia Rodrigues (1993)

No discurso midiático, não existe um espaço social mascarado ou afetado por este discurso. Mas para existir a realidade é necessário haver um discurso com os atores sociais. Ou seja, para que um acontecimento exista é preciso nomeá-lo, afirma Charaudeau (2009). O fato só existe enquanto fato dentro de um discurso de informação. Em alguns desses acontecimentos, se noticia o que é novo, em outros, se informa o que é fato. Porém o acontecimento só se torna notícia quando é levado a outrem.

O conteúdo do entendimento de um sujeito sobre a história e o futuro da sua comunidade está diretamente ligado com o modo em que os acontecimentos públicos foram transformados em discursos, para a construção da realidade, a partir da maneira que se informa e do jeito que é construído o enunciado, ou seja, a partir do trabalho da imprensa. Os trabalhadores dessa área da informação, como historiadores, sociólogos e principalmente jornalistas são quem fazem esse processo de construção da realidade, oferecendo aos sujeitos da comunidade um leque de

informações, as quais são denominadas de acontecimentos, mas que estão carregadas com os seus elementos de discursos. (MOLOTOCH, LESTER, 1999)

Todos os fatos noticiados pelos meios são escolhidos pela força do que esse acontecimento pode ter na realidade, e é por isso que o acontecimento precisa ser registrado. Um dos fatos que viram notícias são os denominados de excessos, por exemplo, que segundo Rodrigues (1993) é o conteúdo mais visto nos jornais e pode ser resumido como nos casos das pessoas que passam pelo limite máximo de velocidade ou do juiz que dá a pena máxima prevista para um réu. Outro fato que vira notícia é relativo à falha, referente a defeito ou insuficiência, como por exemplo uma queda repentina da bolsa de valores ou um criminoso que deixa a arma no local no crime. Outro registro de notabilidade do acontecimento é o da inversão, que se encaixa perfeitamente naquele velho preceito do jornalismo em que notícia é quando o homem morde o cão.

Mas não são apenas esses os fatos que viram notícias, a gama é muito maior. Para transformar as ocorrências em notícias o jornalista se utiliza do discurso do acontecimento, que emerge como um dispositivo de visibilidade, na avaliação de Rodrigues (1993). Esse discurso pode ser dividido entre os acontecimentos de segundos e os meta-acontecimentos. O meta-acontecimento é, na concepção do autor, o acontecimento causado pelo discurso jornalístico, ou seja, muitos fatos só acontecem posteriormente, pois foram moldados por um discurso que o jornalismo construiu. (RODRIGUES, 1993)

Os meta-acontecimentos incidem por serem enunciados e principalmente pelo fato de serem enunciados, ou seja, se alguns fatos não fossem noticiados de determinada maneira, talvez não repercutisse tanto a ter de ser escrito outro texto jornalístico sobre o assunto. Para Rodrigues (1993), os meta-acontecimentos são acidentes que obstruem a ordem regular do funcionamento pleno das coisas. Eles são acontecimentos discursivos. Essa ideia vai justamente de encontro com as que afirmam que os discursos são meras representações dos fatos e acreditam que o discurso é algo facilmente construído pelo jornalista que pode embasar no seu texto as opiniões dele próprio – ou do meio – construindo um enunciado que pode conter todo um jogo de interesse por trás desse discurso. Pois, segundo o autor, um discurso meramente constativo seria ilegível, e não conseguiria abordar como o fato em si traria interesse ao leitor. Por isso, o jornalista precisa adequar os fatos para os tornar atrativos aos leitores, e fazendo isso, ele utiliza o seu ponto de vista.

Assim, como o jornalista não pode estar em todos os lugares ao mesmo tempo e também não tem nem tempo nem espaço para noticiar tudo que acontece na cidade e no mundo, ele precisa criar uma estratégia de seleção dos fatos, e ela é avaliada em três quesitos: tempo, espaço

e hierarquia, segundo Charaudeau (2009). No que se refere a tempo, os meios precisam contextualizar a contemporaneidade no enunciado, sendo que devem se aproximar ao máximo do instante do surgimento do acontecimento até o instante do consumo da notícia. É a atualidade que responde à pergunta: “o que está acontecendo agora?”. A notícia por definição é efêmera, dura alguns instantes, já na mídia a notícia tem uma definição mais estendida, assim ela tem licença para aparecer nos meios quantas vezes forem necessárias, se renovando apenas com o acréscimo de algum elemento novo. Já no espaço, de acordo com Charaudeau (2009), a mídia tem duas opções: informar aquilo que acontece mais próximo do leitor ou noticiar os acontecimentos que são de lugares mais longes. Criando um tipo de ubiquidade. Assim, nos jornais surge a divergência de interesse entre o local e o global. Alguns criticam a falta de interesse do meio em notícias que acontecem no país e no mundo, outros buscam desenvolver uma proximidade de onde vivem e preferem receber as notícias locais. “As mídias estão presas a esses dois imaginários que determinam dois tipos de público: aqueles que se apegam a aldeia e aqueles que sonham com o planeta”. (CHARAUDEAU, 2009, p. 137).

Já no conceito de hierarquia, a seleção dos fatos impõe um recorte do espaço público, operado pela mídia, e certa configuração do sistema, ou seja, alguns fatos culturalmente já tendem a virar notícia mais rápido. Os critérios para essa seleção, segundo o autor, se distinguem entre o interno e o externo. No externo ele é constituído entre o “acontecimento surge”, formado por caráter inesperado; “o acontecimento programado”, onde pode ser previsto pelo calendário e o “acontecimento suscitado”, quando é preparado pela mídia para aparecer na mídia, e de onde pode aparecer o conceito de manipulação. Os critérios internos são realizados no meio, e seguem a linha editorial da mídia. Dependendo dessas posições o meio se utiliza da chamada agenda-setting, teoria que prega que a mídia escolhe os fatos para chegar à opinião pública, e os indivíduos criam comentários a partir daquilo que a imprensa lhes apresenta. Assim, o meio não apenas inclui os fatos que lhe interessam para que sejam debatidos no contexto do espaço público, mas principalmente os fatos com os seus tratamentos, ou seja, constrói a realidade com base no enquadramento escolhido (CHARAUDEAU, 2009).

Molotch e Lester (1999) também acreditam que os indivíduos têm propósitos diferentes que são enraizados pela sua cultura, origem social, e outras situações específicas. Com o mesmo fato, duas pessoas podem informar de maneira totalmente diferente a ocorrência. Assim, surge a questão de discursos antagônicos, porém os discursos antagônicos são criados muitos anteriormente a quando eles são expostos, já que são dependentes do ponto de vista e dos filtros de quem está passando a mensagem. Isso também pode ocorrer quando se

desenvolve mecanismos de criação de acontecimentos, tal mecanismo criado pelos meios de comunicação de massa, segundo os autores.

Charaudeau (2009) também explica sobre a estruturação midiática do espaço social, em que o problema do recorte, da mídia, vem da sua origem, já que a mídia procura selecionar os acontecimentos, e uma vez que se conclui essa seleção, cria-se certa grade de leitura dos acontecimentos do mundo. Assim, surgem os atores sociais, sujeitos que de alguma maneira contribuem para as informações da mídia, que tentam atender aos objetivos de credibilidade e/ou captação. De acordo com o autor, para isso, eles podem ser de: notoriedade atores de espaço público que estejam em foco; representatividade: onde o ator represente algum grupo ou entidade; expressão: pessoas que saibam falar de forma clara e simples, mas ao mesmo tempo segura e polêmica, onde é necessário organizar confrontos entre pessoas com posições contrárias e que saibam exercer a polêmica, geralmente recheadas com declarações de pouco conteúdo e muito bombástica.

Assim, para Charaudeau (2009), na imprensa escrita, a notícia é exposta segundo os critérios determinados, que seriam correspondentes ao grau de importância da qual é atribuída: a localização, tipografia e quantidade de superfície da página. No rádio e na televisão ela é apenas diferenciada no horário em que aparece e no tempo de duração.

Ao relatar um acontecimento, além do jornalista informar aquilo que aconteceu ele acaba produzindo ao mesmo tempo um relato do acontecimento como um novo acontecimento que vem a integrar o mundo. Esse discurso que constrói os acontecimentos precisa ser construído de uma maneira que traga credibilidade para o leitor. Justamente por isso o jornalista precisa obter clareza naquilo que informa, justeza dos juízos de valores, a resposta para as perguntas e uma aceitação plausível daquilo que é informado. (RODRIGUES, 1993).

A escolha dos relatos é que determina a natureza da ocorrência para Molotch e Lester (1999) e ao mesmo tempo o grau de importância. Assim, os fatos a serem noticiados não são escolhidos de modo aleatório, eles são escolhidos por alterarem algum acontecimento passado, reordenarem as ocorrências ou alterarem as prioridades de importância daquilo que é noticiado. Ou seja, o jornalista ou editor-chefe escolhem aquilo que será produzido já pensando de qual forma essa informação pode alterar a realidade conhecida.

O trabalho de promover ocorrências ao estatuto de acontecimento público salta das necessidades de acontecimento daqueles que fazem a promoção. [...] Este potencial impacto público significa que o efeito multiplicador social do trabalho daqueles que criam notícias para públicos é muito maior que o efeito das pessoas que criam notícias para elas próprias e seus homólogos mais chegados (MOLOTOCH, LESTER, 1999, p.37).

Assim para Rodrigues (1993), na profissão de jornalista, o repórter utiliza como defesa as opiniões exteriores, criando um relato objetivo dos fatos, onde não consegue diferenciar a opinião da informação.

“Cada relato objetivo e cada juízo factual comporta subjacente um ou mais juízos de valor e uma ou mais prescrições, comporta valores ditados pela relação dos interlocutores da relação respectivas dos fatos relatados, comporta prescrições ditadas à maneira como os fatos devem ser constatados e a forma como devem ser expostos.” (RODRIGUES, 1993, p. 32)

Então, o jornalista se utiliza da objetividade como estratégia de credibilidade para a construção do seu texto e enunciado. Segundo Rodrigues (1993) basta lembrar que a própria base dos discursos dos fatos se baseia na confiabilidade do locutor que informa e não na sua observação e ponto de vista dos fatos, pois raramente o leitor pode estar no local do acontecimento para verificar a veracidade do modo em que os fatos foram citados pelo repórter. Assim, o repórter escolhe os termos usados, a ordem em que vai apresentar e a seleção dos fatos expostos evidenciam os juízos de valores utilizados pelos profissionais da área.

“A instância midiática não pode, evidentemente, inventar notícias. Ela deve utilizar fontes ou exteriores ao organismo de informação ou internas” (CHARAUDEAU, 2009, p. 147). Para a construção da realidade a partir do texto jornalístico, o repórter necessita verificar as fontes e apresentá-las, sendo passivas ou ativas. Nesse sentido surge o problema da manipulação que pode se instaurar entre a mídia e as fontes. Para apresentar as fontes é necessário – se o repórter quiser apresentar – identificar os sujeitos pelo nome, status, função ou pela representatividade. Porém isso ainda não é tudo. Para haver credibilidade, onde se possa constatar que não existe manipulação, é necessário escolher um modo de denominação da fonte e uma modalidade de enunciação, segundo Charaudeau (2009). O modo de denominação identifica a fonte pelo nome da pessoa ou da instituição, marcando muitas vezes o seu status profissional para dar maior credibilidade: se é especialista, presidente, relator e afins. Já a modalidade de enunciação se apresenta por verbos de modalidade como: diz, afirma, expõe, relata, entre outros. Tais fatores ajudam na credibilidade do texto construído pelo repórter, ainda que em algumas situações a fonte não seja revelada.

Molotch e Lester (1999) também falam sobre as linhas do percurso de desenvolvimento dos acontecimentos públicos, onde explicam que nesse percurso a ocorrência passa por um conjunto de agências, que podem ser desde um sujeito até um grupo, e cada um

ajuda a construir a realidade através de um sistema de rotinas organizacionais. Para o melhor entendimento são considerados os acontecimentos sendo estabelecidos por três agências principais: promotores da notícia, jornalistas/editores e consumidores da notícia. Os promotores de notícias são pessoas que estão ligadas diretamente ao acontecimento, como o presidente ou alguém que viu um disco voador, afirmam os autores. Os jornalistas são as pessoas que estão trabalhando a partir dos materiais fornecidos pelos promotores, transformando um conjunto finito de ocorrências em acontecimento e publicando em seus meios da maneira contextualizada – do ponto de vista do jornal. E por último os consumidores de notícias que, na avaliação dos autores, recebem os acontecimentos e por meio desses criam no seu imaginário as próprias opiniões. Cada agência tem o seu propósito e assim, contribui para o que a construção do acontecimento nunca acabe. Ainda, os autores sustentam que, cada grupo é dependente do outro, sendo que sem um deles esse processo teria de sofrer uma alteração radical e lenta.

Focando ainda mais no trabalho jornalístico para a criação do acontecimento Molotch e Lester (1999) falam sobre o trabalho da promoção, que gira em torno da própria atividade do sujeito, que como toda prática social é realizada tendo em mente os seus potenciais usos prospectivos e retrospectivos, ou seja, a imprensa produz o acontecimento em torno daquilo que o interesse público espera ler. Como por exemplo uma manifestação de protesto, onde o público espera a informação para ter mais conhecimento sobre o fato – porém o meio pode utilizar seu ponto de vista na construção do acontecimento. Outro quesito importante na prática jornalística, citado pelos autores, é a montagem, no qual os jornalistas precisam recortar as ocorrências mais importantes, interessantes ou especiais aos seus olhares – sejam eles pretendendo ser tendenciosos ou não.

Os autores aqui destacados nos levam a crer que os textos jornalísticos não são criados de modos aleatórios querendo simplesmente passa a informação, e sim que o jornalista tem o poder de construir um texto embasado na sua cultura e modo de ver o mundo. E as vezes até mesmo criando outra notícia a partir do que foi noticiado anteriormente. Essa construção se dá em todas as esferas do jornalismo, como no jornalismo político, que não seria diferente. No próximo capítulo será abordado mais sobre o jornalismo político e como esse texto pode ser construído com as peculiaridades que a editoria possui.

1.3 Jornalismo Político

O jornalismo político é uma editoria que tem espaço garantido em todos os jornais e emissoras que promovem o jornalismo. Tendo em vista que é necessário compreender melhor

os conceitos dessa editoria para poder analisá-la, esse subcapítulo traz autores que referem como é o dia a dia de quem trabalha nessa área e os principais conceitos do jornalismo político.

O jornalista que se especializa em política não precisa ter um olhar tão técnico e sim mais plural segundo Seabra (2006). Conhecendo toda a história do Brasil nesses 500 anos, que como defende o autor foi marcada por uma dicotomia centralização-descentralizada, o jornalista político precisa ter conhecimentos desde as descentralizadas capitanias hereditárias e até a centralização do governo geral. Tal dicotomia marcou o cenário de política do início dos anos 1800, e só criou uma espécie de jornalismo a partir de 1808 quando a família real veio para o país e foi criada a imprensa régia, que se destinava a produzir e imprimir materiais para o Império.

Ainda segundo Seabra (2006), o jornalista político precisa ter conhecimento da primeira fase da política nacional, que aconteceu entre os anos de 1808 a 1831 marcado pela instalação da corte burguesa no Rio de Janeiro e suas consequências: implementação do ensino superior, criação da imprensa e abertura dos portos às nações amigas. O autor ainda defende que o jornalista político precisa ter conhecimentos do período regencial, no qual, com a renúncia de D. Pedro I. começou a ser vista como a consolidação da independência brasileira. Período no qual começou a nítida luta ideológica entre os conservadores e os liberais, e cada qual com seus respectivos jornais. O autor também acredita que naquela época não existiam os partidos políticos como se conhece atualmente, e sim três grandes facções: os exaltados, os modernos e os restauradores. E o período regencial foi marcado por diversos jornais defendendo esses pontos de vistas, nos quais eram todos agressivos, injuriosos e menos preocupado com os problemas gerais.

Para Martins (2005), o jornalismo político brasileiro passou por grandes mudanças nas últimas décadas. Fazendo um paralelo entre as manchetes da década de 1950 e as manchetes de 2002, o autor mostra claramente o que mudou. Por volta de 1950, os jornais queriam convencer o leitor que a sua visão era a correta, de uma maneira totalmente parcial e pouco objetiva. Já nas manchetes de 2002, pela análise do autor, os jornais começaram a informar o leitor tendendo para um lado imparcial e neutro. As comparações utilizadas são entre a vitória de Getúlio Vargas sobre o brigadeiro Eduardo Gomes em 1950 e o triunfo de Luis Inácio Lula da Silva sobre José Serra no segundo turno das eleições de 2002.

Goldenstein (1987) também reflete como era noticiada a política por volta de 1950. Segundo a autora em 1950 a revista Anhembi noticiou de uma forma totalmente parcial o eleitorado do então concorrente a presidente Getúlio Vargas, chamando seus eleitores de miseráveis, analfabetos e mendigos famintos. Uma maneira expurgante de se referir a esse

eleitorado, tentando claramente diminuí-los. Os objetivos dos jornais e revistas eram de ser porta-vozes das opiniões defendidas, defende a autora.

Para exemplificar a parcialidade nas abordagens, pode-se citar alguns exemplos de manchetes de 1950, destacado por Martins (2005), são: Os espíritas não podem votar em Getúlio (Diário Carioca, 1/10/1950), Pistoleiros Getulistas prontos para atacar o povo (Tribuna da Imprensa, 3/10/1950) e O v de vitória, com foto do brigadeiro (Correio da Manhã, 4/10/1950), mostrando claramente que o jornal tinha um lado partidário no qual defendia e queria mostrar para o leitor que aquele era o caminho certo. Na avaliação de Martins (2005) nenhum dos principais jornais da época foi isento na disputa. Já em 2002, alguns exemplos de manchetes são: Eleições chegam com mercado mais otimista (O Globo, 26/10/2002), Pesquisa aponta vitória de Lula para presidente hoje (Folha de São Paulo, 27/10/2002) e Pesquisas indicam Lula presidente (O Estado de São Paulo, 27/10/2002). O tom é o mais neutro possível. Por mais que o jornal talvez tivesse intenção de apoiar um dos candidatos, ele teve que informar o seu público como estava na pesquisa de voto. O exemplo de diferenciação em abordagem “ilustra as enormes transformações por que passou a imprensa brasileira e, em especial, a cobertura política nos últimos cinquenta e poucos anos (MARTINS, 2005, p. 16).

Outro exemplo de parcialidade do jornalismo político alguns anos atrás no Brasil é a criação do jornal Última Hora, feita para “quebrar a conspiração de silêncio que a grande imprensa fazia em torno do nome de Getúlio Vargas” (GOLDENSTEIN, 1987, p. 43). Se fosse bem-sucedido, o jornal sairia na frente e obrigaria os outros jornais a divulgar positivamente as ações de Getúlio. Era assim que os jornais tratavam a editoria de política.

Para Seabra (2006) a imprensa política viveu seu auge entre os anos de 1945 a abril de 1964. Os jornais e revistas brasileiros entraram em uma nova fase, com uma influência muito forte do jornalismo norte-americano, a do jornalismo objetivo. O Diário Carioca inaugurou o uso do lead e a cobertura política ganhou uma dimensão grande. E é nesse período também que surgem grandes nomes da crônica política brasileira, alcançando um grande público principalmente pela revista Cruzeiro, que em meados de década de 1950 abriu espaço de duas páginas semanais para as análises políticas de Carlos Castello Branco, conhecido por Castelinho, “apontado por todos os jornalistas como o maior repórter político brasileiro de todos os tempos” (SEABRA, 2006, p. 129).

Naquele tempo já era conhecida a expressão que a política é como uma nuvem: você olha e vê um formato, mas quando olha de novo já vê outro. Porém mesmo assim, Castelinho e outros já conseguiam amansar o imprevisível e levaram o jornalismo político para outro patamar, o da análise e interpretação dos fatos. Esse novo estilo de reportagem política cobriu

o suicídio de Getúlio Vargas, a era JK, a mudança do poder do Rio de Janeiro para Brasília, e a surpresa a decepção de Jânio Quadros e por último o fim daquele período democrático. Foram quase duas décadas de completa liberdade para o trabalho da imprensa brasileira. (SEABRA, 2006)

Em contraponto, nos anos de chumbo, tudo que foi construído pelo jornalismo político foi censurado pelo golpe militar. Foi um golpe para a população e para a imprensa, principalmente no que se refere à cobertura política. O jornalismo político sofreu um duro baque nesse período, como afirmam estudiosos da área. Tudo que foi construído precisou ser modificado.

Tornou-se proibido escrever ou falar sobre qualquer coisa que tivesse relação com aqueles que faziam oposição à Revolução. O país crescia a taxas médias de 11% ao ano e para que o milagre brasileiro fosse completo era preciso calar os adversários do regime. Jornais como a Última Hora, por exemplo, foram minguando até desaparecer. Outros, que souberam respeitar a nova ordem, conseguiram atravessar a procela e sobreviver (SEABRA, 2006, p. 131).

Assim, os jornais tiveram que deixar de lado a cobertura política, e a grande imprensa acabou apostando em um novo segmento: o jornalismo econômico. A forte expansão econômica aliada à censura dos políticos opositores fez crescer esse segmento de jornalismo. Segundo Seabra (2006), a forte crise do petróleo que se seguia e a retomada das grandes inflações a partir de 1970 acabou por estabelecer um conhecimento menos empírico e mais técnico sobre os assuntos que afetavam diretamente no bolso da população. Mas não que até então esses assuntos não fossem importantes. O que ocorreu foi que a partir daquele momento a editoria de economia se desvinculou da política, ganhando espaço nobre nos jornais e revistas de todo o Brasil.

Nos últimos vinte anos uma oscilação entre a aposta da esperança e a frustração das expectativas pautaram o jornalismo político – assim como o jornalismo econômico. Medina (2006) cita o jornalismo econômico pois esse, segundo a autora, perdeu espaço e prestígio para o jornalismo político após 1970, porém o recuperou com a cobertura do plano Cruzado ao Real, criando uma mistura de jornalismo político-econômico na mídia. “De um lado, a reconstituição das instituições democráticas, de outro, a viabilidade desenvolvimentista da economia brasileira frente aos impasses internos e as crises externas, clamavam por uma cobertura econômico-político” (MEDINA, 2006, p. 32). Entretanto, não é bem isso que acontece, segundo a autora, pois as autorias das editorias acabam nunca se misturando, e em muitos casos os jornalistas dessas duas áreas acabam até competindo.

O jornalismo político brasileiro voltaria a viver outros momentos marcantes depois de 1985, segundo Seabra (2006). Mesmo com a morte do presidente eleito que assolou o país, acabou sendo um grande teste para a imprensa política brasileira que renascia depois de muito tempo praticamente apagada. E assim a imprensa foi rapidamente amadurecendo as reportagens políticas e também tomando conhecimento de como fazer para cobrir os debates técnicos durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Para o autor o modelo de cobertura de política exemplar se deu nas eleições de 2002 quando a imprensa tratou os candidatos de forma neutra, sem puxar para nenhum lado e muito menos fazer defesas claras de algum grupo político. Foi a primeira vez que jornalismo e política não estavam atrelados e dependentes.

A importância para quem trabalha na profissão jornalística de se conhecer os fatos e os personagens históricos já virou uma obviedade. Para Seabra (2006) a função de jornalista exige talvez mais do que qualquer outra atividade profissional um tipo de conhecimento mais horizontal e multifacetado. E quando o assunto é jornalismo político, o profissional da área necessita ter um conhecimento mais plural o que envolve conhecer mais a história política do Brasil. Para o autor, o jornalista que cobre política, ou produz informação nessa área, não pode desconhecer a história do país – das mais longínquas às atuais – e também a do mundo, a mais contemporânea ao menos.

Martins (2005) deixa claro que a principal lealdade do jornalista político é com a sociedade e não com a opinião pública. Embora seja muito comum a associação dos dois termos, eles são completamente diferentes. Em suma, a opinião pública é a opinião predominante na sociedade em um determinado momento, mas pode ser totalmente mutável. Já a sociedade tem interesses objetivos e suas definições são consolidadas e permanentes. Contudo, Martins (2005) refere que não se pode deixar de lado a opinião pública, pois ela tem muito peso sobre os fatos políticos, principalmente nos assuntos mais atuais. Portanto é indispensável ter conhecimento da opinião pública e captar seus desdobramentos sobre os assuntos políticos. No entanto, é necessário ter muito cuidado com ela, tratando com respeito, mas não como a verdade absoluta.

No fundo, ela não passa de uma senhora, volúvel, irrequieta e temperamental, um tanto excêntrica, e muito mandona. Tem bom coração e bons valores, mas é um perigo com sua mania de simplificar as coisas e pronunciar verdades absolutas e definitivas sobre tudo. Todos nós temos uma tia assim. E sabemos que não é fácil lidar com ela e, contrariá-la. O melhor é manter certa distância dela (MARTINS, 2005, p. 36 e 37).

Para Martins (2005) a regra número um do jornalismo político é conversar com muita gente todos os dias, de todas as classes, das mais variadas origens e com os mais diferentes interesses. Essa tática vale para toda e qualquer cobertura jornalística, porém no caso de política, vale mais ainda, de acordo com o autor. Afinal, a política se resume a disputa de diferentes versões do mesmo fato. E segundo o autor, os políticos mentem muito, até quando acham que estão falando a verdade e por isso, são fontes pouco confiáveis, embora sejam as fontes oficiais. Não tem como não se informar com eles, entretanto não se pode comprar como verdades as informações repassadas por eles. A solução é fazer como se estivesse em uma feira: pechinchar e ir em outras barracas. O negócio é conversar com muita gente, checar todas as informações e principalmente desconfiar daquilo que faz sentido demais.

“A regra de bater papo com todo mundo é para ser seguida sem preconceitos. Converse com qualquer um, desde que ela tenha ou possa ter informação” (MARTINS, 2005, p. 49). Deve-se conversar com ministros ou funcionários de carreira, com quem é sério e tem espírito público até com quem é pilantra e tem um discurso bonito, mas que no fundo só pensa em seus interesses particulares. Ele recomenda que se converse sem preocupações, afinal o jornalista político não está assumindo a opinião de quem está ouvindo e sim apenas garimpando informações. Para a construção de uma informação correta é necessário estar contextualizado, e para estar contextualizado, o jornalista político precisa partir dos mais diversos depoimentos, inclusive daqueles menos confiáveis.

Mas segundo Martins (2005), o jornalismo político está cada vez mais interpretativo. E embora interpretação e opinião possam soar como coisas parecidas elas não são. A opinião se utiliza do fato para reafirmar o seu ponto de vista, deixando de lado um possível contraponto. Já a interpretação busca explicar o que está acontecendo e juntar os vários fragmentos no momento em que eles vão ocorrendo. Atualmente, os receptores de notícias estão cada vez mais bombardeados de informação, que lhes chegam nos mais diversos meios. Assim, quando eles deveriam se sentir informadíssimos, acontece justamente o contrário: uma confusão de tantas informações. “Ele se afoga em um mar de notícias. Seu bote salva-vidas é a interpretação da notícia” (MARTINS, 2005, p. 22).

Seabra (2006) define que três funções resumem bem o papel do jornalista político: formar opinião, informar e fiscalizar. Mas o autor questiona se hoje a imprensa tem conseguido informar com qualidade e credibilidade o que acontece no mundo da política, pois o excesso de informação com as novas tecnologias pode acabar confundindo ainda mais o repórter político. Hoje os novos meios eletrônicos de comunicação vêm promovendo novas transformações no jornalismo político. “Os blogs e sites de notícia nos fazem lembrar a imprensa brasileira em

seus primórdios, quando uma profusão de folhos alimentava o debate político” (SEABRA, 2006, p. 139)

Martins (2005) defende que é extremamente necessário para o jornalista político entender que há interesses por trás dos discursos dos políticos, podendo ser por demandas de uma região, reivindicação de um grupo profissional ou de um setor econômico e até mesmo os direitos de uma minoria. Compreender esses interesses é fundamental na cobertura política, especialmente, por três motivos, o primeiro para aprender o que realmente está em jogo. Segundo para avaliar as possibilidades que esses discursos podem acarretar. E por último, saber como a questão foi resolvida e qual foi o peso de cada discurso dos políticos envolvidos, pois raramente o discurso do político fecha apenas com o seu interesse. O discurso dele geralmente é abrangente, buscando o bem maior da sociedade.

Outra questão fundamental para o profissional que cobre política, na avaliação de Martins (2005) é contextualizar a notícia. Se existe algo que acaba sendo muito corriqueiro, porém irrita muito os políticos é ver suas declarações ganhando uma repercussão totalmente diferente daquilo que estavam falando. Martins (2005) admite que às vezes a imprensa acaba errando, mas esses deslizos são eventuais. Porém de um modo geral a imprensa não retira a informação do contexto, apenas a divulga em um contexto mais amplo: o da sociedade. E geralmente esses discursos que são acusados de serem tirados do contexto são polêmicos, e como os jornalistas políticos não são assessores dos políticos, não cabe a eles ficar corrigindo os problemas nos quais os políticos se envolveram. A função do repórter é informar a sociedade, claro, da forma mais ética.

Medina (2006) acredita que a tradição do jornalismo político é um patrimônio consagrado. A autora acredita que mesmo no Brasil ele se apresenta claramente como a função do quarto poder. E que os elogios mais salientados pelo público em geral para essa editoria se devem em virtude do jornalismo político como instituição social fiscalizando os outros três poderes: Executivo, Judiciário e Legislativo. Lembrando-se que o jornalismo como quarto poder se manifesta mais forte em uma situação democrática e com facilidades tecnológicas que caracterizam a contemporaneidade e que não é utilizado sob a restrição autoritária.

2. METODOLOGIA

Neste capítulo, será apresentado o objeto de pesquisa da presente monografia, o recorte eleito para análise e a metodologia proposta na busca por responder à questão norteadora: Como foi realizada a cobertura das eleições de 2014 para governador do estado do Rio Grande do Sul no jornal Correio do Povo?

2.1 Apresentação do objeto de pesquisa

O jornal Correio do Povo foi fundado pelo jornalista Francisco Antonio Vieira Caldas Junior, ou simplesmente Caldas Junior, em 1º de outubro de 1895. Sua origem segundo o especial de 110 anos do Correio do Povo, tinha o objetivo de publicar o primeiro diário gaúcho apartidário, voltado somente para o interesse dos leitores e da comunidade e não um folhetim de algum partido. “Não defenderia nem o branco dos chimangos nem o vermelho dos maragatos” (JORNAL CORREIO DO POVO, 2005). Foi um dos pioneiros em uma época na qual todos os jornais representavam alguma corrente política, religiosa ou até mesmo filosófica. A primeira edição do jornal Correio do Povo foi distribuída com quatro páginas e dois mil exemplares. E em pouco mais de três anos essa tiragem chegou ao número de 4,5 mil exemplares, onde se criou o slogan: o jornal de maior circulação e tiragem do Rio Grande do Sul. (JORNAL CORREIO DO POVO, 2005)

Ainda segundo Jornal Correio do Povo (2005), em 1913 ocorreu a morte prematura do fundador do jornal, fato que acabou deixando o meio com algumas dificuldades no mercado, que só iriam ser sanadas em 1935, quando um de seus filhos assumiu definitivamente a direção do jornal, Breno Alcaraz Caldas. Ele permaneceu no cargo por mais de 50 anos. Porém, em 16 de junho de 1984 ocorreu um fato não imaginável: o jornal Correio do Povo deixou de circular, após um acúmulo de dívidas. No dia 31 de agosto de 1986 ele voltaria a rodar diariamente, a então empresa Caldas Junior foi adquirida pelo empresário gaúcho Renato Bastos Ribeiro que saldou as dívidas que estavam abertas. Com a volta, o jornal ganhou um apelo ainda mais forte com as iniciativas gaúchas: Expointer e semana farroupilha começaram a ganhar um grande destaque nas folhas do jornal. Em 26 de maio de 1987 o jornal passou a ser no formato tabloide, estratégia para diminuir custos e ter um jornal mais acessível.

Aos 110 anos, o Correio do Povo se mantém fiel às suas origens e continua sendo um jornal que, como pede a sua longa tradição, não está comprometido nem com os chimangos nem com os maragatos, mas com os mais autênticos interesses do Rio Grande e se sua gente (CORREIO DO POVO, 2005)

Atualmente, o jornal Correio do Povo, é do grupo Record, e conta com uma circulação de mais de 126 mil exemplares diários, de acordo com o Índice Verificador de Circulação no primeiro semestre de 2014. O jornal também possui a opção na qual seus assinantes podem ler no on-line a mesma edição que no impresso. Nas redes sociais, o jornal tem uma página no *facebook* com quase 70 mil curtidores e o *twitter* possui mais de 115 mil seguidores.

Para analisar a cobertura das eleições para governador do estado do Rio Grande do Sul pelo jornal Correio do Povo, será utilizada uma semana construída como amostragem, buscando um *corpus* de pesquisa amplo e não sequencial. Assim, serão selecionadas as matérias na seção de política do jornal que sejam relacionadas com os candidatos Tarso Genro (PT) e José Ivo Sartori (PMDB) e, respectivamente, seus partidos. O recorte de análise compreende o período de 02/10/2014 até 26/10/2014. Essa amostragem foi escolhida pois inteira o último dia da cobertura das eleições no dia 26, e seleciona os outros dias da semana anteriores, em semanas antecedentes.

2.2 Análise de Discurso

Como metodologia para atingir os objetivos desta monografia, será utilizada a Análise do Discurso em Jornalismo. Entre os diversos modos autênticos pela ciência para abordar objetos de pesquisa com o enfoque de linguagem, como a Hermenêutica, a Pragmática, a Análise da Narrativa, a Semiótica entre outras, o método desse trabalho será Análise de Discurso, mais precisamente a Análise de Discurso francesa. Esse método é principalmente produtivo para duas maneiras de estudo do jornalismo: identificação de sentidos e mapeamento das vozes (BENETTI, 2007).

A metodologia deve ser correspondente a uma lógica de perspectiva teórica, por isso é fundamental interpor a reflexão sobre a Análise de Discurso. Para Benetti (2007), a Teoria Construcionista nasce nos estudos de jornalismo nos anos 70, em contraponto às visões positivistas, que diziam que o jornalismo teria a capacidade de refletir a realidade e a verdade como elas são. “O jornalismo é um modo de conhecimento: ele tanto produz um conhecimento

particular sobre os fatos do mundo, quanto reproduz os conhecimentos gerados por outros atores” (BENETTI, 2007, p. 110).

O primeiro modo de pesquisa no qual a Análise de Discurso é um método adequado se refere à análise dos sentidos do discurso jornalístico. No caso, é necessário compreender que a estrutura do texto vem de fora, ou seja, o texto jornalístico é decorrente de um movimento de forças que lhe é exterior e anterior. Sendo assim, existe uma exterioridade que não apenas repercute no texto, mas acaba o constituindo e não pode ser separada (BENETTI, 2007).

A Análise de Discurso é um método de interpretação que demanda um tempo de interpretação intelectual de quem está pesquisando, segundo Benetti (2007). Porém, não são aceitas interpretações com base em impressões, por isso, é necessário construir um quadro de Formações Discursivas explicitamente justificadas pelos textos em análise. Assim, normalmente é utilizada a numeração para as Formações Discursivas e se nomeia indicando o principal sentido.

O que fazemos é localizar as marcas discursivas do sentido rastreado, ressaltando as que o representam de modo mais significativo. Depois de identificar os principais sentidos e reuni-los em torno de formações discursivas mínimas, o pesquisador deve buscar, fora do âmbito do texto analisado, a constituição dos discursos “outros” que atravessam o discurso jornalístico (BENETTI, 2007, p. 113).

O segundo modo de pesquisa para qual a Análise de Discurso é importante se refere ao mapeamento de vozes, em que o discurso, segundo Benetti (2007) é resultado do trabalho de interação entre sujeitos, sendo assim sua característica dialógica e intersubjetiva, que inclui dois processos: o de dizer e o de interpretar. Como exemplo, pode ser citado o jornalista que reproduz o enunciado de uma fonte dele, mas não o cita. Então, o verdadeiro autor seria a fonte, porém quem se apresenta como o locutor do discurso é o repórter, assim, a responsabilidade sobre a veracidade incide no locutor. “Identificar os locutores de um discurso é um movimento relativamente simples. Um locutor é um indivíduo que se apresenta como tal, no discurso, por marcas de identificação variadas” (BENETTI, 2007, p. 118).

Tendo em vista que a presente pesquisa pretende compreender a lógica da objetividade na construção do discurso do jornal Correio do Povo, a análise de discurso será aplicada a partir dos quatro quesitos que Tuchman (2000) elenca para a construção de um texto jornalístico estrategicamente objetivo: apresentação de possibilidades conflitantes, apresentação de provas auxiliares, o uso de aspas e a estruturação da informação em uma sequência apropriada. Para isso serão analisadas todas as matérias da editoria de política das quatro últimas edições de

uma semana construída contando com as edições do dia 02/10/2014, 10/10/2014, 18/10/2014 e 26/10/2014, que envolvam os candidatos José Ivo Sartori (PMDB) e Tarso Genro (PT) e dos seus partidos em nível estadual.

Como Benetti (2007) refere, o jornalismo constrói os sentidos sobre uma realidade e assim pode interferir na mesma continuamente, num processo também de mutua interferência. Assim, analisar o discurso empregado pelos meios é a melhor forma de saber qual é a construção social que o meio está realizando. Para compreender melhor é necessário marcar as formações discursivas (FD), considerando-as como uma espécie de região de sentidos, criado por um limite interpretativo.

Para objetivar a análise, serão utilizadas os quesitos de Tuchman (1999) que foram citados anteriormente. Para a apresentação de possibilidade conflituais o jornalista precisa ser capaz de identificar os fatos, embora algumas verdades não sejam de fácil compreensão, ou seja, o jornalista não pode acreditar fielmente em uma informação passada sem ao menos a conflitar com algo que possa desmentir essa verdade. Portanto, é preciso analisar se o discurso do jornal é realizado com um contraponto do que é dito como verdade. Esse marcador será apresentado no trabalho como Possibilidades conflituais.

Já na apresentação de provas auxiliares é necessário enxergar as provas que os jornalistas apresentam além da informação que é passada oficialmente. São provas complementares que ajudam ao entendimento do leitor do meio. Assim, pode-se compreender se a marca discursiva do jornal utiliza dessas provas ou se simplesmente acreditam e confirmam aquilo que mais convém. Esse marcador será utilizado no texto como Provas Auxiliares.

No uso judicioso das aspas, os jornalistas se utilizam das opiniões dos outros para confirmar aquilo que é necessário. Nesse marcador é preciso analisar se o jornalista joga para quem falou toda a responsabilidade, achando que ao inserir a opinião de outro ele deixa de criar o seu discurso no seu texto jornalístico. Esse marcador será denominado como Uso Correto de Aspas (TUCHMAN, 1999)

A estruturação da informação em uma sequência apropriada será utilizada como formação discursiva nesse trabalho pois é do modo no qual a construção do texto é feita que se pode compreender melhor a formação do discurso que o autor quis fazer. Se as duas opiniões têm o mesmo espaço ou se o contraponto aparece em um pequeno espaço no final da matéria, quando tudo já foi dito. Para isso será trabalhado como marcador de Estruturação Adequada.

Com esses quatro marcadores será possível analisar as formações discursivas do discurso construído pelo jornal Correio do Povo na cobertura das eleições para o governo do Rio Grande do Sul em 2014.

3. ANÁLISE

Para atingir o objetivo proposto nesta pesquisa, que é compreender como o jornal Correio do Povo realizou a cobertura das eleições para governador do estado do Rio Grande do Sul, parte-se para a análise das edições selecionadas. Inicialmente será desenvolvida a análise de discurso, que visa entender melhor o que está por trás do que foi posto no texto e na sequência será feita a partir dos marcadores que Tuchman (1999) elenca para compreender se os textos foram jornalisticamente objetivos.

O *corpus* da análise é formado por quatro edições, sendo que no total, são 15 matérias. É importante destacar que a partir das edições selecionadas, procedeu-se mais uma seleção extraíndo apenas as matérias relativas à cobertura das eleições em nível estadual, ou seja, texto que fizessem menções aos candidatos Tarso Genro e José Ivo Sartori, que disputavam as eleições, e/ou aos seus partidos, a saber, PT e PMDB, respectivamente.

As edições analisadas estão assim distribuídas: na primeira edição analisada, do dia 02 de outubro, foram selecionadas para análise cinco matérias, todas publicadas nas páginas quatro e cinco, dedicadas à cobertura da editoria de política em nível estadual. Na segunda edição analisada, do dia 10 de outubro, foram selecionadas para análise seis matérias, todas publicadas nas páginas quatro e seis, dedicadas à cobertura da editoria de política em nível estadual. Na terceira edição analisada, do dia 18 de outubro, foram selecionadas duas matérias, todas publicadas na página quatro, dedicada à cobertura da editoria de política em nível estadual. Na quarta e última edição analisada, do dia 26 de outubro, foram selecionadas para análise duas matérias, todas publicadas na página três, dedicada à cobertura da editoria de política em nível estadual.

É válido destacar que foram consideradas para esta análise todas as notícias relativas ao tema em estudo, podendo serem notas, notícias, reportagens, enquetes e etc.

3.1 1ª edição - Jornal Correio do Povo do dia 02/10

A primeira edição analisada tem cinco matérias que se encaixam na seleção proposta para esse trabalho.

Figura 01: Ana Amélia volta a subir o tom contra PT

Ana Amélia volta a subir o tom contra PT

Candidata ao Piratini pelo PP adotará postura menos tolerante a ataques

Em atividade de campanha em Esteio, a senadora candidata ao governo do Estado, Ana Amélia Lemos (PP), elevou o tom de enfrentamento contra o governador licenciado e candidato à reeleição Tarso Genro (PT). Ana Amélia disse que Tarso foi “irresponsável com as contas do Rio Grande do Sul ao tomar empréstimos e sacar recursos de fontes indevidas durante seu governo”. Em discurso mais forte ainda, a candidata progressista fez acusações contra o candidato petista, durante caminhada de ontem.

A candidata Ana Amélia disse que uma das acusações se refere a contratações sem concurso quando Tarso era prefeito de Porto Alegre. Também afirmou que o petista permitiu o pagamento de mais de R\$ 690 mil, com recursos da educação, a uma empresa contratada para prestar serviços no 1º Festival de Gastronomia, que ocorreria

no ano passado e acabou sendo cancelado. “A Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Cage) apontou que o governo teria oportunizado enriquecimento ilícito por parte da empresa”, acusou a progressista.

A senadora pelo PP, durante a caminhada em Esteio, voltou a afirmar que adotará uma postura menos tolerante a ataques vindos do Partido dos Trabalhadores e que reagirá, também indicando impropriedades do adversário, no provável segundo turno.

ANNA FONSECA / DIVULGAÇÃO JCP



Senadora foi a Esteio e ganhou abraço de uma criança na saída de uma loja

Fonte: Correio do Povo - Edição do dia 02/10/2014

No texto da figura 01, logo de início percebe-se que existe uma rixa agressiva entre o PT e PP, porém, o enunciado dá a entender que começou por ataques do candidato do PT, e que a candidata do PP estaria apenas se defendendo, sendo que agora vai “subir o tom”, ou seja, se elevar ao mesmo grau de ataque do candidato petista. No texto, o jornal apresenta logo no começo, com aspas, a fala de Ana Amélia dizendo que Tarso Genro foi “irresponsável com as contas do Rio Grande do Sul”.

A palavra irresponsável, segundo o dicionário, representa uma pessoa que tem falta de responsabilidade, porém o jornal não apresentou provas que sustentem essa afirmação. Dentro do contexto, essa palavra está caracterizando uma pessoa que não pode assumir o cargo a que está concorrendo. No primeiro parágrafo é reafirmado que a candidata faz acusações contra o petista. Então, esse título, somado ao primeiro parágrafo apresenta apenas o lado da candidata do PP acusando o candidato do PT, criando para o leitor um discurso unilateral. No segundo parágrafo, na construção do texto, são apresentadas diversas acusações contra o candidato Tarso Genro. Ana Amélia diz que ele fez contratações indevidas quando prefeito de Porto Alegre e que deixou de investir R\$ 600 mil em educação para investir em um festival de gastronomia. Essa última acusação, que não é verificada pelo jornal, pode criar um efeito de repulsa dos leitores ao candidato Tarso Genro, pois considera-se que no imaginário do leitor a educação é uma das áreas mais importantes de prioridade de um governo, e se ele tirou dinheiro da educação para colocar em um festival de gastronomia, como o jornal confirma, isso cria uma

negatividade grande contra o então governador do Estado. No último parágrafo só é reafirmado que a senadora “adotará” uma postura menos tolerante aos ataques vindos do PT.

O texto se baseia apenas em uma fonte, que é a própria Ana Amélia, se dizendo que foi acusada. Entretanto, a construção do texto só demonstra acusações da parte dela, sendo defendido pela construção do texto o fato de que ela apenas atacou porque foi atacada. O jornal não deu espaço ao outro lado. Assim, não apresentou informações adicionais que comprovem o que a candidata apontou em sua fala. Se ela falou a verdade ou mentiu, o jornal adotou esse discurso como verdade absoluta e as vendeu para os seus leitores.

Avaliando-se o texto a partir das quatro categorias de análise de Tuchman (1999) para estabelecer se um texto é objetivo, o primeiro quesito – de apresentar possibilidade conflitantes – não aparece no texto. Essa matéria apresenta um discurso unilateral, onde apenas a fala de Ana Amélia é levada em consideração. Um exemplo é quando ela diz que Tarso Genro foi irresponsável com as contas do Estado e o jornalista não procurou saber a versão de Tarso Genro ou de algum representante do lado petista.

No segundo quesito, de apresentar provas auxiliares, o jornal também não apresenta na matéria construída. O texto é baseado na fala da senadora do PP, onde o que ela diz não é validado ou invalidado por uma prova auxiliar. Simplesmente é posto sem verificação. Até mesmo quando a senadora faz uma acusação citando uma fonte oficial -a Contadoria e Auditoria-Geral do Estado – o jornal apresenta como fala dela e não busca se essa afirmação realmente confere.

O uso das aspas, o terceiro item elencado por Tuchman (1999), é o que mais sustenta o discurso do jornal, pois o texto foi construído a partir delas. Cada parágrafo parece iniciar justamente para ser finalizado com a fala da senadora, sempre entre aspas. Nos trechos acusatórios, o jornal usa a fala dela, tentando se eximir de responsabilidade.

Como dito anteriormente, o texto aborda apenas um lado, aparentando ser mais um release do que uma notícia construída pelo veículo. A estruturação do texto só se alinha e realça a falta de contraponto. Qualquer mudança na ordem de apresentação dos parágrafos não criaria diferença na construção da realidade compreendida pelo leitor.

Como síntese de análise desse primeiro texto, pode-se avaliar que, a partir das categorias avaliadas, a construção textual deixa a desejar do ponto de vista da objetividade, justamente porque não atendeu três dos quatro quesitos elencados. Não apresentou possibilidade conflitantes, não trouxe provas auxiliares e a estruturação do texto não está apropriada.

Figura 02: Os planos dos candidatos ao Piratini

DÍVIDA

Os planos dos candidatos ao Piratini

* FURI RAMOS

Correio do Povo publica hoje os planos e a visão dos candidatos ao Piratini sobre como encontrar uma solução para a dívida do Estado com a União. Resolver o déficit público estadual é a chave para a obtenção de recursos necessários para atender as crescentes demandas sociais e promover novos investimentos no Estado. A renegociação dos valores pagos hoje ao governo federal terá um passo importante em novembro, quando o projeto de lei que altera o índice da dívida deverá ser votado no Senado. O projeto de lei complementar muda o fator de correção das dívidas do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) mais 6% ao ano para Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais 4% ou *Selic* – o que for menor. Atualmente, o saldo devedor supera a marca de R\$ 43 bilhões, e os repasses para seu pagamento equivalem a 13% da receita corrente líquida do Rio Grande do Sul.

Tarso Genro
O crescimento econômico é condição fundamental para a sustentabilidade fiscal do Estado. Porém, nas últimas décadas, o Rio Grande do Sul vinha apresentando um baixo crescimento econômico, refletido em ações limitadas na promoção de políticas de estímulo à economia. No nosso governo, o Estado vem aplicando uma política ativa, voltada ao desenvolvimento econômico e social, obtendo resultados animadores. O PIB gaúcho subiu 10,2% entre 2011 e 2013, enquanto o nacional cresceu 6,4% no mesmo período. O ajuste fiscal foi substituído pelo enfrentamento dos problemas da previdência e da dívida pública no nosso governo. Criamos o Fundo Previdenciário com condições para equacionar o déficit a longo prazo e fizemos um projeto de renegociação da dívida com a União, que será aprovado pela presidente Dilma Rousseff em novembro e terá abatimento imediato de R\$ 15 bilhões. Com isso, abriremos um novo espaço fiscal de R\$ 3 bilhões, que serão revertidos em serviços e obras para a população. É vitória imediata e que permitirá ao Estado realizar transição segura até 2025, quando a dívida finalmente será quitada. Não compartilhamos o discurso daqueles que usam a dívida para justificar a inoperância e a falta de investimentos.

Ana Amélia
O Rio Grande do Sul é, proporcionalmente, o Estado mais endividado do país, com dívida superior ao limite legal de 208% da receita corrente líquida. Sem caixa, pouco pode investir em infraestrutura e é prejudicado na guerra fiscal. O Rio Grande perde status na economia nacional e vem freando a sua participação na economia da região Sul, no PIB. Em 2013, o PIB gaúcho cresceu 5,8%. Esse crescimento é relativo, pois é resultado da comparação com a produção do ano anterior que estava 1,5% negativos. Assumimos compromissos que começamos com o que chamamos de 'arrumar a casa', buscando equilibrar as finanças públicas e aumentar o investimento no que gera resultados para o cidadão. Gastar menos do que se arrecada, reduzindo estruturas desnecessárias no governo e os cargos comissionados que custam mais de R\$ 10 milhões mensais ao Estado junto à União, diminuindo o endividamento e o pagamento de juros, além lutarmos pela aprovação da emenda que troca a dívida pelos ressarcimentos resultantes da Lei Kandir, realizar a reforma da Previdência estadual, garantindo o pagamento aos atuais beneficiários e criando fundo para garantir o pagamento dos futuros ingressantes.

Humberto Carvalho
O futuro do Rio Grande está hipotecado em dívidas que atingiram em seu total, mais de R\$ 50 bilhões. Desse total, devemos R\$ 45 bilhões somente à União. A proposta de renegociação da dívida com a União, apresentada pelo governo federal, é prejudicial ao Estado. Ocorre que essa proposta prevê 4,07% de juros e mais indexação pelo IGP-DI, com retroatividade de 2011, sem qualquer garantia de manutenção do equilíbrio financeiro do Estado. Isso fará crescer ainda mais a dívida com a União. As relações entre entes da mesma federação não devem se resumir a um contrato bancário, como ocorre agora. Não queremos uma simples renegociação, queremos uma revisão da dívida que vá até a sua formação, ocorrida no governo Antonio Brito, sem juros, sem indexação, porque a União não pode viver de agiotagem sobre estados e municípios. Não é possível moratória unilateral porque os contratos em vigor permitem à União, no caso de inadimplimento, sacar o débito diretamente na conta única do Estado junto ao Bursidul. Para obter a revisão que pretendemos será necessária a mobilização da população gaúcha e, ainda, criar uma frente de luta comum entre os 24 estados membros da Federação, que são devedores junto à União.

José Ivo Sartori
Como é de conhecimento não apenas dos especialistas, mas da opinião pública, as finanças públicas de nosso estado encontram-se em situação de graves dificuldades há muitos anos. Os déficits orçamentários são recorrentes, a dívida cresce, o comportamento da despesa é cada vez mais rígido e o crescimento das receitas próprias não dá conta da expansão do gasto. Em razão disso, a administração das contas converteu-se na tarefa prioritária dos governos, que apelam a recursos e expedientes diversos – endividamento, uso do caixa único e algum socorro emergencial da União. Nesse sentido, é decisivo estabelecer uma condição de diálogo que permita consensualizar, entre todas as forças e agentes políticos e a opinião pública, uma regra que vincule o crescimento da despesa pública ao crescimento da economia e da produtividade. É importante ainda levar a termo a renegociação da dívida estadual, em tramitação no Congresso. A reforma que interessa ao Rio Grande é aquela que reduz o percentual da Receita Líquida Real (RLR) com o serviço da dívida e alongue o prazo de pagamento das prestações. Igualmente irrenunciável é a bandeira da reforma tributária.

Roberto Robaina
A Frente de Esquerda (PSol-PTSTU) aponta corretamente a dívida pública como o principal problema do Estado desde 2006, quando todos os demais partidos encaravam com naturalidade que o Estado "estivesse falido" e não ofereciam qualquer alternativa. Assim também deverá ser com a auditoria da dívida. Investigação que precisa ser feita dos contratos que são mantidos a sete-chaves pelos sucessivos governadores e seus secretários da Fazenda. Por que será que eles não querem transparência? Você sabia que nem mesmo o Tribunal de Contas sabe quem recebe todo esse dinheiro? Cedo ou tarde, essa é uma bomba feita para estourar. O conjunto da sociedade vai exigir essa auditoria porque não há outra saída verdadeira para resolver os problemas do Rio Grande. Queremos implementar uma política tributária que alivie a coarcação de impostos sobre o consumo dos bens de consumo dos assalariados e que taxe de forma mais efetiva os ricos. Também vamos promover uma revisão das isenções fiscais já concedidas até agora pelos governos a grandes empresas. O Estado faz realidade de receita e deixa de receber pelo menos R\$ 11 bilhões com essas isenções.

Vieira da Cunha
A melhoria na qualidade dos serviços prestados pelo Estado passa pela mudança nas relações federativas. Um estudo divulgado recentemente pela Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs) mostrou que em 2013 enviávamos para o governo federal R\$ 54 bilhões em impostos. A União, por sua vez, retornou apenas R\$ 12 bilhões em investimentos no RS. Não bastasse isso, todos os meses 13% da nossa receita vai para o pagamento de uma dívida cujo contrato, assinado em 1998, previa o pagamento de R\$ 7,5 bilhões. Já pagamos R\$ 20 bilhões e ainda devemos quase R\$ 50 bilhões, em números arredondados. Essa espelhação que sofremos faz com que o Rio Grande do Sul invista apenas 1% de sua receita líquida em melhorias na saúde, segurança, educação, infraestrutura, entre outras áreas. É muito pouco. Por isso, daremos prioridade à renegociação da dívida, buscando a redução do índice de comprometimento mensal da receita para o pagamento das parcelas. E, se o governo federal continuar insensível aos nossos argumentos, não tenho dúvida do caminho que temos que seguir: vamos bater às portas do Judiciário e questionar judicialmente este contrato absurdo.

Edison Estivaletto
Será encaminhado pedido de perdão total ou parcial da dívida do RS nos mesmos critérios adotados pelo governo federal, que perdoo as dívidas de outros países (mais de US\$ 900 milhões). Ou a renegociação da dívida com juros menores. Se for necessário se recorrerá à Justiça e até mesmo aos órgãos internacionais na defesa do povo gaúcho. Será criada a Comissão Gaúcha do Preço Público, organizada da mesma forma que o Tribunal do Juri, assim elimina-se o superintendente nas compras, obras e serviços prestados ao Estado, economizando em torno de 30% a 40% do que atualmente se gasta. Será feita a prestação de contas detalhada de cada centavo arrecadado e gasto de todos os setores do governo, secretarias, autarquias e empresas públicas, eliminando a corrupção e o desvio do dinheiro público. Fiscalizar e exigir a aplicação imediata dos investimentos do governo federal no Estado, destinados para todo o país, oriundos do Plano de Aceleração do Crescimento (FAC 2), lançado no ano passado, com previsão de investimento na ordem de R\$ 1,59 trilhão. Redução de 70% a 80% dos cargos em comissão (CEs) com extinção de secretarias inoperantes.

Fonte: Correio do Povo – Edição do dia 02/10/2014

O Correio do Povo deixa bem claro que essa matéria da figura 02 tem a finalidade de publicar a visão e os planos de cada candidato com relação à dívida do Estado com a União. Na construção do texto, o veículo revela que essa é uma questão importante para os candidatos: pois resolvendo esse problema, o candidato poderá investir e atender as demandas do Estado, ou seja, o jornal constrói todo o problema que existe e dá a entender que a solução deve ser dada pelos candidatos, respondendo segundo o seu plano de governo. O jornal constrói a realidade em que o Estado está devendo um grande valor para a União, e cada candidato terá aproximadamente o mesmo espaço para falar qual é a sua solução diante dessa situação que o

Estado se encontra, logo, isso representa que quem tiver a melhor solução, pelo menos teoricamente, poderá conseguir mais votos dos leitores do jornal. Cada candidato tem o mesmo espaço para emitir sua opinião, sem réplica ou tréplica, e cabe o leitor comprar a ideia ou não.

A matéria da figura 02 possui todos os fatores que Tuchman (1999) elenca para ser um texto objetivo. Quando analisado o primeiro fator, o da possibilidade conflitante, vê-se que todos os candidatos têm o mesmo espaço para opinar: Tarso Genro (PT), José Ivo Sartori (PMDB), além dos outros cinco candidatos. Na apresentação de provas auxiliares, o jornal também consegue atender ao quesito, uma vez que apresenta o projeto de lei que muda o fator da correção da dívida, apresenta também o valor da dívida que existe e qual a percentagem que ela corresponde da receita do Rio Grande do Sul. Mesmo sem usar as aspas, o jornal atende ao quesito do uso correto das aspas, pois entende-se que o textos abaixo dos nomes dos candidatos são as suas falas e opiniões. Por último, o texto também foi bem estruturado. Contém informações importantes no começo, que contextualizam o leitor sobre o que os candidatos vão falar. Segundo os quesitos de Tuchman, esse texto atende aos critérios e foi construído objetivamente.

Figura 03: **PT e PP evitam colidir agendas**



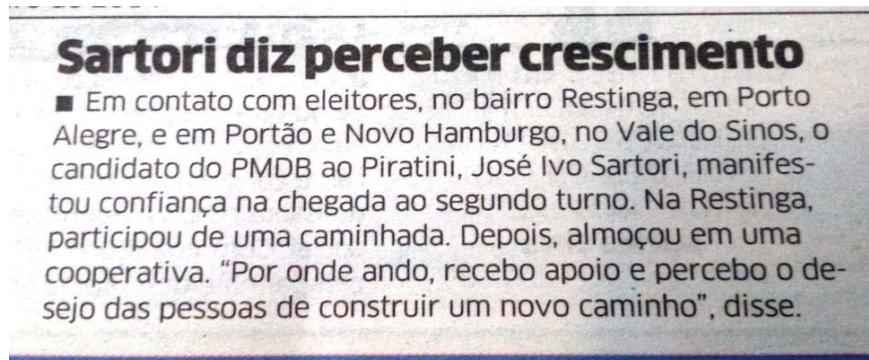
Fonte: Correio do Povo – Edição do dia 02/10/2014

A pequena nota, referente a figura 03, na página de política confirma a rixa citada no texto anterior de Ana Amélia, entre PT e PP. Por mais que existissem acusações mútuas entre os candidatos, eles preferiram não se encontrar na cidade de Sapucaia do Sul, como visto em outra matéria da mesma página. O texto poderia ter dito que eles evitam se encontrar, o que daria um tom mais amistoso, mas a palavra utilizada foi “colidir”, que significa “ir de encontro e bater”, assim representando que os candidatos de PT e PP realmente estavam em estado de briga. O texto é finalizado afirmando que as duas assessorias haviam confirmado que ocorreu

a mudança para evitar um encontro constrangedor. Assim, ratificando que a relação entre os partidos é de confusão mesmo.

Essa nota atende aos quesitos da objetividade elencados. Ela apresenta os dois lados citados, PT e PP, além das provas auxiliares que foram as duas assessorias. Por ser uma nota, as aspas não necessariamente precisam ser utilizadas. A estruturação – lembrando que é uma nota – também não deixa a desejar.

Figura 04: Sartori diz perceber crescimento



Fonte: Correio do Povo – Edição do dia 02/10/2014

O texto, da figura 04, dessa nota é sucinto e pontual: informa quais cidades o candidato do PMDB fez visitas, e no meio do texto afirma que José Ivo Sartori demonstrou confiança em chegar ao segundo turno. O texto parece procurar não abrir margem para interpretações com palavras subjetivas. Informou inclusive, apenas uma vez, que o candidato demonstrou confiança, sem delongas. No final é posto uma fala de José Ivo Sartori em que ele diz que por onde anda recebe apoio e o percebe o desejo das pessoas em construir um novo caminho.

Considerando esse texto como uma nota, ele não atende a todos os quesitos da objetividade elencado por Tuchman (1999). Ele não traz possibilidades conflitantes, pois só apresenta um candidato, José Ivo Sartori. O texto também não apresenta provas auxiliares: só a fala oficial do candidato. O uso das aspas foi correto, em parte o texto afirma e é complementado pela fala do peemedebista. A estruturação, por se tratar de uma nota está construída corretamente, porém para ser compreendido como objetivo poderia constar o contraponto, como segundo candidato envolvido na eleição.

Figura 05: Tarso Genro brinca com resultado no domingo



Fonte: Correio do Povo – Edição do dia 02/10/2014

O título, o enunciado e a fotografia já trazem uma imagem de que o candidato Tarso Genro (PT) está feliz e bem-humorado, mesmo estando a três dias da eleição do primeiro turno. No primeiro parágrafo, após falar do trajeto que Tarso Genro fez no dia, o jornal afirma que o candidato se revelou assim. A palavra bem-humorado genuinamente significa alguém que tem bom humor, que está com uma boa disposição. Nesse contexto representa justamente isso: a notícia construída quer passar a impressão de alguém que mesmo estando em cima do dia da votação que definirá o seu futuro, está tranquilo e confiante que será o mais votado.

No segundo parágrafo surge a afirmação que a declaração, “com tom de brincadeira e provocação aos adversários”, ganhou apoio da comunidade em que Tarso Genro caminhava e que o candidato comprou um par de sapato e uma camiseta para “caminhar rumo a vitória” e para usar “se houver” um segundo turno. Ratificando o que foi dito no parágrafo anterior, o texto deixa a entender que Tarso está realmente confiante, porém aqui aparece a palavra provocação, com a qual o meio admite que essa fala tem um propósito maior que apenas brincar, e sim querer intimidar os oponentes, com uma confiança elevada. O texto é finalizado com o último parágrafo contendo a agenda do candidato petista.

A construção desse texto claramente tenta construir o discurso de que Tarso Genro está confiante que venceria o primeiro turno e com grandes chances de ser reeleito sem segundo turno, talvez tentando acarretar mais votos daquelas pessoas que não entendem de política e querem que acabe logo a eleição, assim votando naquele que está em primeiro lugar. Além disso, o texto tenta “cutucar” os adversários políticos, uma vez que é admitido que o discurso

tem um tom de provocação. Assim, como Molotoch e Lester (1999) citam esse fato não foi colocado na página do jornal aleatoriamente e sim escolhido porque deve alterar o entendimento do público. As pesquisas ainda indicavam Tarso Genro em primeiro lugar, assim, esse texto teria o poder de reforçar essa ideia, mesmo que essa realidade das pesquisas não tivesse sido exposta nesse texto.

Com a análise desse texto, a partir das quatro referências que Tuchman (1999) utiliza para saber se um texto é objetivo, pode-se concluir que a matéria não integrou todos os quesitos, assim não sendo considerada objetiva. O texto não apresentou possibilidades conflitantes, apenas informou que Tarso Genro estava confiante e bem-humorado para a vitória, não ouvindo os outros candidatos ou seus representantes. A matéria construída também não atendeu ao critério de provas complementares, pois não apresentou dados que pudessem confirmar ao leitor que o candidato petista estaria à frente das pesquisas, assim confirmando, ou não, essa margem para tal confiança. No uso judicioso das aspas, o jornal atendeu aos critérios, uma vez que dividiu algumas informações com o candidato, não apenas jogando para ele todas as afirmações. Já a estruturação nesse texto também ficou problemática, pois não existe lado conflitante ou provas auxiliares. Assim, a apresentação do texto pouco importa como é retratada.

3.2 2ª edição – Jornal Correio do Povo do dia 10/10

A segunda edição analisada tem seis matérias que se encaixam na seleção proposta para este trabalho.

Figura 06: Ato reúne militância de Tarso



Fonte: Correio do Povo – Edição do dia 10/10/2014

O título e o primeiro parágrafo, da reportagem da figura 06, já dizem que Tarso Genro está em meio à militância do PT. No título ficou mais claro que a militância era de Tarso Genro, mas na primeira frase, diz que era do partido (PT). Militância, no dicionário, significa quem exerce o trabalho de militar participando ativamente de um ideal político ou social. Assim, o texto demonstra que existe um grupo formado pedindo a reeleição de Tarso, mais precisamente por ele ser do Partido dos Trabalhadores que por seu plano de governo. A única justificativa dada pelo meio foi quando abriram as aspas e citaram parte do coro que a militância soava, em que diziam que no segundo turno eles votariam em Tarso e Dilma para a mudança não parar.

Já no segundo parágrafo, o texto traz a fala de Tarso Genro, na qual afirma que o debate será cara a cara "para ver quem tem projetos para o RS e o Brasil" e nega a afirmação de que as pessoas não têm passado e partido. Claramente o candidato petista estava se referindo ao slogan de José Ivo Sartori quando dizia que seu partido era o Rio Grande e que não se deveria

olhar pelo retrovisor. Nessa construção textual, o discurso do texto traz a ironia do candidato, bem como uma margem para que se acredite que ele tenha projetos melhores, pois o terceiro parágrafo já é aberto com uma fala do candidato petista que afirma querer que examinem a sua conduta. Tarso ainda questionou o candidato José Ivo Sartori com a pergunta: “O que eles fizeram no verão passado? ”, uma referência ao filme “Eu sei o que vocês fizeram no verão passado” questionando José Ivo Sartori pelos outros mandatos do PMDB no Estado.

No penúltimo parágrafo, novamente o texto é construindo começando por uma fala de Tarso Genro, onde é dito que o debate vai se travar entre um projeto conservador tradicional e um progressista e democrático, este último que o petista está apresentando. Assim, no discurso criado pelo texto, quem for progressista e defende o progresso social, terá que votar em Tarso Genro; já os conservadores tradicionais que votem no adversário. Para finalizar essa ideia o texto traz outra frase de Tarso Genro em que afirma que para continuar no caminho mudança, ele próprio é a opção.

Mudando a voz, mas não o lado, a matéria apresenta Abigail Pereira, candidata a vice-governadora na coligação de Tarso Genro, que reafirma o discurso criado anteriormente e fala que ele sempre esteve do lado da população. Por mais que apareça outra voz, o discurso continuou o mesmo, uma apenas complementou a outra.

Assim, o texto não foi construído de uma forma objetiva como elenca Tuchman (1999) para ser um texto objetivo. Não foram apresentadas possibilidades conflitantes, uma vez que o texto apresenta apenas a fala de um dos candidatos a governador e de sua vice. Provas auxiliares também não foram apresentadas no texto. O meio não apresenta nenhum projeto que comprove ou refute as falas do candidato petista. No uso das aspas o jornal também não atendeu aos quesitos, uma vez que seu texto foi totalmente baseado nas aspas de Tarso Genro, chegando a abrir parágrafos com as citações de fala dele. O texto, por não atender os quesitos anteriores, deixa a estruturação a desejar também, uma vez que independentemente da ordem dos parágrafos, a construção do texto passaria o mesmo valor.

Figura 07: Para Sartori, projeto da dívida do RS é ruim

Para Sartori, projeto da dívida do RS é ruim

Candidato do PMDB diz que 'espichar' prestações só irá piorar situação

A renegociação da dívida do Estado com a União e que poderá ser votada no Senado em novembro, de acordo com o candidato ao governo do Estado, José Ivo Sartori (PMDB), não irá melhorar a condição financeira do RS. "Temos que dizer que este projeto que está no Senado não é bom para o RS e não tem sustentabilidade. Se o projeto pudesse ser alterado no Senado para diminuir o valor das prestações, seria melhor. Não adianta espichar", declarou Sartori ontem, durante o programa "Esfera Pública", da Rádio Guaíba, apresentado por Taline Oppitz e Juremir Machado da Silva. Reduzindo o valor, segundo ele, o governo federal poderia dizer que a obra deve ser aplicada em saúde, educação, infraestrutura ou segurança. "Tem que ser assim, esse é o correto", afirmou.

O candidato peemedebista também abordou a necessidade de redução de gastos no RS. Ele afirmou que pode reduzir gastos com diárias pagas a servidores estaduais, que forem consideradas não fundamentais. "Temos que cortar os gastos inúteis, um plano de emergência. Esses que tu vai para cá, vai para lá (diárias). Temos que organizar o Estado para gerenciar bem as finanças. Ninguém vai trabalhar na nossa gestão fora do programa de governo e da contenção das despesas daquilo que não é principal para a vida das pessoas", declarou.

Sobre a questão do magistério, Sartori revelou que é preciso criar condições para a valorização dos professores estaduais. Porém, sem detalhar como será feita a busca de recursos para o pagamento do piso. "O magistério sabe que é lei, e que mais cedo ou mais tarde terá que ser pago. O piso vai representar no final do ano em torno de R\$ 10 bilhões. Fui no Cpers e defendi que o caminho é o

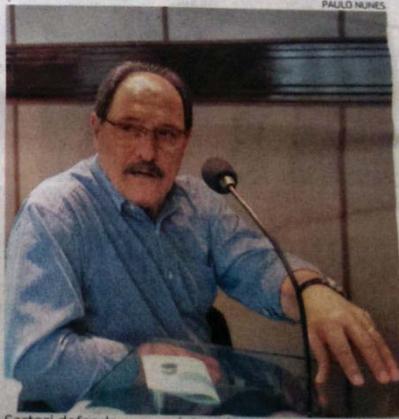
do entendimento, no diálogo."

O peemedebista declarou também que apesar de ver na criação da Empresa Gaúcha de Rodovias motivações políticas, deverá manter a empresa pública, mas abrindo as portas para PPPs. "É importante ter presente as Parcerias Público-Privadas diante das dificuldades das concessões e o modo como elas foram feitas. Eu adotaria o modelo federal, onde o investidor tem tempo mais longo para retorno e transforma parte do pagamento do pedágio na manutenção da infraestrutura."

Ele defendeu ainda que haja disputa limpa nos enfrentamentos com o candidato à reeleição Tarso Genro (PT). Porém, disse que irá avaliar caso o nível do debate caia. "Estamos em uma disputa eleitoral com o Tarso e iremos disputar com normalidade. Da minha parte quero fazer uma campanha limpa, propositiva, do meu jeito. Quero que seja colocada a verdade e se alguém quiser participar em outro nível, é outra história", declarou.

É importante ter presente as Parcerias Público Privadas diante das dificuldades das concessões

SEGUNDO TURNO



Sartori defende que projeto seja melhorado no Senado

Fonte: Correio do Povo – Edição do dia 10/10/2014

Mesmo direcionando que é a ideia de Sartori, a palavra ruim já aparece no título, e segundo o dicionário significa algo que é perverso, ou de má qualidade. Assim, já no título, dá margem para que os leitores iniciem o texto com esse juízo de valor. A linha de apoio, novamente sendo direcionada ao candidato peemedebista, diz que “espichar” as prestações só irá piorar a situação. Nesse contexto, as duas informações que aparecem em maior tamanho e com mais destaque dizem que o projeto novo é ruim e que a situação que já está ruim pode ser piorada. No primeiro parágrafo, a fala do candidato é detalhada, onde ele explica que o projeto de espichar a dívida não adiantaria. Por mais que essas falas tenham sido lançadas e direcionadas ao candidato, foram repetidas em três importantes partes de um texto: título, linha de apoio e lead. Não constam explicações do porquê desse juízo de valor, nem são apresentados os números e propostas desse projeto, apenas foi construído o texto com base no que José Ivo Sartori disse.

O jornal também trouxe, no segundo parágrafo, a fala que José Ivo Sartori poderia reduzir gastos com o funcionalismo, como reduzir as diárias pagas aos servidores. Tudo dentro do seu plano de governo. No terceiro parágrafo o candidato afirmou que precisa criar condições para a valorização do magistério, mas o jornal deixou bem claro que o Sartori não detalhou como será feita a busca de recurso para pagamento do piso. No quarto parágrafo o texto apresenta a ideia de José Ivo Sartori em fazer parcerias Público-Privado (PPP) com a Empresa Gaúcha de Rodovia. Já no último parágrafo, o candidato citado na matéria defende que haja uma disputa limpa com seu concorrente pelo governo do estado Tarso Genro (PT), mas afirma que irá avaliar caso o nível do debate caia.

De maneira geral o texto foi construído unilateralmente, onde só há espaço para a fala de um candidato, e todas as propostas e acusações que ele faz não são verificadas, muito menos rebatidas. Sartori não diz quem é o autor do projeto, mas sabe-se que é de Tarso Genro, o que dá margem para que se compreenda como uma crítica ao seu rival. No terceiro parágrafo também existe outra acusação, nas entrelinhas, ao candidato petista quando o jornal coloca que José Ivo Sartori defende que a criação da Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR) teve motivações políticas. Quem criou a EGR foi o então governador, seu concorrente, Tarso Genro.

No último parágrafo entre falas de Sartori e o texto construído pelo jornal, o discurso deixa a entender que o candidato peemedebista quer ‘jogar limpo’, e que sua campanha sempre foi assim, mas que existe a possibilidade de “alguém” querer participar com outro nível. Sabe-se que só existe um adversário na campanha, que seria Tarso Genro, deixando assim, então, margem para que as pessoas acreditem que Tarso Genro não é uma pessoa que queira debater de maneira limpa. Assim, como Rodrigues (1993) defende, cada relato objetivo comporta um ou mais juízos de valores, logo, o texto cria margem para que os juízos de valores se sobressaiam em cima de apenas um candidato, já que ele é a única voz que aparece.

Partindo da primeira característica elencada por Tuchman (1999), o texto não trouxe possibilidades conflitantes, uma vez que apenas um candidato explanou suas ideias e suas acusações contra os projetos do concorrente, assim se tornando um texto unilateral. Também não trouxe provas auxiliares, como por exemplo não disse como era exatamente o projeto que José Ivo Sartori questionou. Ainda, não são apresentados dados de quanto é gasto com diárias do funcionalismo quando José Ivo Sartori diz que vai diminuir os mesmos e nem dados sobre o piso do magistério e da EGR. Quanto ao uso correto de aspas, pode-se dizer que o mesmo foi realizado pelo meio, uma vez que ele não joga apenas as acusações para o candidato peemedebista, e o meio também assume a responsabilidade do que é publicado. A estruturação do texto foi feita de uma maneira correta dentro do que se tinha: apenas uma fonte. O primeiro

parágrafo já apresentou a que o título se referia e cada parágrafo subsequente apresentou uma fala do candidato sobre um determinado assunto.

Em suma, esse não foi um texto objetivo, pois não atendeu a dois critérios listados por Tuchman (1999) para ser um texto objetivo: faltaram possibilidades conflitantes e apresentação de provas auxiliares, elementos fundamentais listados pela autora.

Figura 08: Peemedebista formaliza apoio a Aécio



Fonte: Correio do Povo – Edição do dia 10/10/2014

O texto começa explicando que o candidato a governador do Estado, José Ivo Sartori (PMDB), irá apoiar o candidato a presidência da república Aécio Neves (PSDB), já que ambos têm concorrentes do mesmo partido: PT. No primeiro parágrafo, para a defesa desse apoio, Sartori diz que é favor da alternância do poder. A construção desse texto cria um ar de orientação para quem busca mudança, alternância, compreenda como necessário votar nesses dois candidatos, independente do plano apresentado por eles, que não é citado no texto.

No segundo parágrafo, o texto apresenta como foi a conversa do peemedebista José Ivo Sartori aliado de Aécio Neves (PSDB), com o peemedebista Michel Temer, o candidato à vice-presidência com Dilma Rousseff (PT). Assim, o texto constrói que esse clima poderia ser tenso, o que é quebrado na fala de José Ivo Sartori que afirma que o colega partidário recebeu com tranquilidade a informação e disse que era para Sartori “fazer o que era melhor para vocês e para o Rio Grande do Sul”. Cria-se margem para interpretação de que o melhor para Sartori e para o Rio Grande do Sul é apoiar o candidato a presidência Aécio Neves. No parágrafo

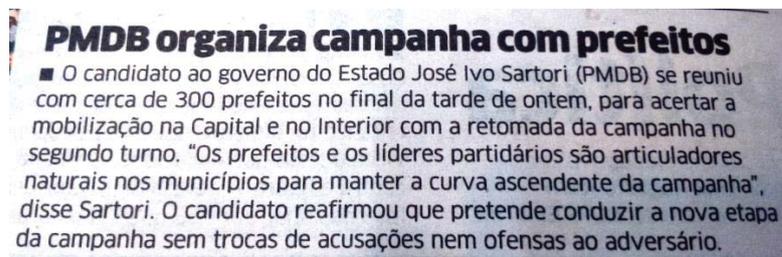
posterior, o candidato peemedebista negou que esteja fugindo do debate com Tarso Genro e o texto constrói que ele aproveitou para ‘alfinetar’ o adversário petista afirmando que ele participou de todos os debates do primeiro turno, mas que as vezes podem faltar condições intelectuais que os outros acham que têm. José Ivo Sartori se utilizou da ironia para atacar o seu adversário político. Mesmo utilizando a fala de José Ivo Sartori, o texto sugere que Tarso Genro não tem tanto preparo assim, pois alguns dias antes o candidato petista estava falando que o peemedebista estava correndo dos debates contra ele. O parágrafo termina com uma frase de Sartori que o meio também coloca como um olho no meio texto: “Com o andar da carroça a gente ajeita as melancias” (sobre mudar o tom da campanha). Isso representa que o jornal quer mostrar que José Ivo Sartori está na mesma plenitude do início da campanha, mas se o candidato adversário quiser mudar o tom do debate, ele tem a total capacidade de moldar-se às novas formas, como as melancias dentro de uma carroça.

No final, o jornal questiona se José Ivo Sartori usará depoimentos dos colegas partidários que já foram governadores do Estado como Pedro Simon, Antônio Britto e Germano Rigotto em seus programas, isso porque o candidato até o momento dizia que seu partido era o Rio Grande, e o PMDB raramente aparecia. De outro lado, o concorrente afirmava que Sartori estava negando ou esquecendo seus antecessores partidários que comandaram o Estado. Mas depois o jornal coloca a fala em que José Ivo Sartori diz que se for importante ele colocará, não vendo problema algum e usando o termo “desconversa” para apresentar a opinião, criando margem para que os leitores possam interpretar que diferentemente do que os adversários diziam, o candidato não quer esconder seus colegas partidários, mas mostrará apenas se for importante. Colocando um contraponto, o jornal se utiliza da informação do PT, de que vinculará Sartori a seus partidários, e constrói o texto dizendo que ele irá usar as falas dos ex-governadores do PMDB, assim, tentando “sujar” a imagem de José Ivo Sartori /que oculta geralmente o seu partido e afirma que seu partido é o Rio Grande, assim, o PT quer assemelhar ele mais com os candidatos que peemedebistas que já governaram o Estado, como Antônio Britto e Germano Rigotto.

Mesmo deixando a desejar em alguns quesitos, pode-se constatar que texto foi objetivo, considerando os quesitos que Tuchman (1999). No item possibilidades conflitantes, o jornal trouxe a indicação do PT, por mais que tenha sido apenas no último parágrafo, depois de conter apenas a fala de José Ivo Sartori em todos os anteriores. Já na apresentação de provas auxiliares, o jornal apresenta quem o candidato peemedebista gaúcho apoiava no primeiro turno e também a informação do PT. O uso das aspas foi feito corretamente: o jornal constrói seu texto e coloca fala de José Ivo Sartori, mas não tenta apenas jogar para ele a responsabilidade daquilo que está

publicado. A estruturação do texto apenas que não foi correta, pois o contraponto aparece apenas no último parágrafo, depois de tudo que já tinha sido dito por um lado. Assim, esse texto pode ser considerado minimamente objetivo.

Figura 09: **PMDB organiza campanha com prefeitos**



Fonte: Correio do Povo – Edição do dia 10/10/2014

A nota começa explicando que o candidato José Ivo Sartori (PMDB) se reuniu com cerca de 300 prefeitos. Sabendo que o Estado conta com 497 municípios, o jornal traz que mais da metade dos prefeitos gaúchos estavam unidos com o candidato peemedebista. Logo após, o jornal afirma que essa reunião tinha o objetivo de acertar a mobilização na capital e no interior com a retomada da campanha no segundo turno. Ou seja, na construção do jornal, o meio informa que está sendo articulado com a maioria dos prefeitos do estado uma campanha para a vitória de Sartori. O que é confirmado quando o texto apresenta a fala de Sartori afirmando que prefeitos e os líderes partidários são “articuladores naturais” nos municípios para “manter a curva ascendente da campanha”. Ascendente no dicionário significa algo que tende a se mover para cima, que segue progredindo, e é justamente essa a intenção que essa palavra constrói no texto: que a campanha de José Ivo Sartori está subindo assim como sua percentagem nas pesquisas de voto para governador.

Na última frase da nota, o jornal coloca que o candidato aproveitou para reafirmar que pretende conduzir a nova etapa da campanha de forma limpa e sem troca de acusações ao adversário. Assim, mostrando que ele é uma pessoa que só quer apresentar projetos e ideias, sem acusações. Essa frase é posterior a tentativa do PT de mostrar um possível passado dele e querer compará-lo com seus aliados do PMDB.

Essa nota não foi objetiva atendendo aos critérios que Tuchman (1999) se utiliza para verificar os textos. Não apresentou possibilidades conflitantes em nenhum momento e não trouxe provas auxiliares à fala do candidato, que sua campanha estaria ascendente ou a fala de algum desses prefeitos confirmando se era realmente isso. O uso de aspas foi feito corretamente, mas o texto constrói sua própria fala, se utilizando apenas de um momento para a fala de José

Ivo Sartori. Por se tratar de uma nota, e sem conter os dois primeiros quesitos, a estruturação não compromete. Assim, pode-se afirmar que esse texto não foi objetivo.

Figura 10: **PRB confirma apoio a Sartori**



Fonte: Correio do Povo – Edição do dia 10/10/2014

A nota, referente a figura 10, traz a informação que o Partido Republicano Brasileiro apoiará o candidato José Ivo Sartori. A nota não acarreta tanta relevância, pois o PRB não é considerado um partido que possa mudar o rumo de uma eleição no Estado, uma vez que elegeu apenas um deputado federal e um estadual nas eleições. O partido fazia parte da legenda da candidata Ana Amélia (PP), que no primeiro turno conseguiu mais de 1.300.000 votos. No final da nota, o texto apresenta a defesa do PRB em apoiar o peemedebista: o “projeto que mais se aproxima do ideário republicano”. No dicionário, a palavra “republicano” se refere a quem é a favor da república. Assim, nessa construção textual, dá-se margem para entender que quem for mais republicano deve votar em José Ivo Sartori, por ser uma opção mais coerente que Tarso Genro.

Essa nota apresentou provas auxiliares, uma vez que trouxe a informação do PRB, e também todas as informações de onde seria realizado o apoio oficial. Já na apresentação de possibilidades conflitantes o texto não trouxe o outro lado, ficando unilateral. Poderia apresentar o lado do PT dizendo que também é um partido republicano ou explicando por que não seria. No uso correto de aspas, o texto apenas informou, sem usar as aspas de ninguém. Já por se tratar de uma nota, a estruturação foi adequada.

Figura 11: PSol libera filiados, mas ataca Tarso e Sartori



Fonte: Correio do Povo – Edição do dia 10/10/2014

Só pelo título já pode-se perceber que esse texto foi construído para ter um discurso agressivo. A palavra atacar significa fazer uma ação ofensiva contra alguém ou alguma coisa, criticar. Assim, no enunciado se constrói que o PSol, mesmo liberando filiados, foi muito ofensivo contra os dois partidos que disputam o segundo turno. O texto começa falando que o PSol liberou seus filiados para tomarem livremente sua decisão, mas logo em seguida apresenta uma fala do partido que diz que respeitará quem votar nulo como forma de protesto. Assim, por mais que os filiados sejam livres para votarem em quem quiser, o texto, se utilizando da nota divulgada pelo PSol, constrói um discurso que dá a entender que a melhor opção para estes é anular o voto, pois os dois candidatos que estão no segundo turno são representantes do “regime político apodrecido atualmente que só é voltado ao interesse dos ricos”. Mas o jornal se utiliza apenas da fala da nota e não apresenta nenhuma informação do porquê dessa crítica, se ela é válida ou não. No final do primeiro parágrafo, o texto afirma que o PSol irá ser oposição independentemente de quem for o vencedor.

O segundo parágrafo afirma, se utilizando novamente da nota do partido, que o PSol entrou nas eleições de 2014 com o intuito de “vocalizar as indignações populares” expressas nas chamadas “Jornadas de Junho”. Nesse contexto criado pelo discurso do jornal, o meio

notícia que o PSol seria a voz desse movimento, uma vez que a palavra vocalizar dá margem para que se entenda isso.

No final do texto, o jornal se utiliza da nota novamente no momento em que ela critica os candidatos do PT e do PMDB afirmando que “as diferenças existem entre Tarso e Sartori não superam o fato de que são parte do modelo atual”. Assim, de um modo geral o texto que foi construído sobre a nota do PSol cria margem para a compreensão que por mais que Tarso Genro e José Ivo Sartori se acusem, os dois são parecidos e seus planos de governo não serão diferentes, pois fazem parte do mesmo regime político.

Analisando os quatro fatores que Tuchman (1999) elenca para se ter um texto objetivo, essa matéria não atendeu a eles. Deixa a desejar na apresentação de possibilidades conflitantes, uma vez que o texto é baseado apenas numa nota oficial do partido, não trazendo nenhuma voz do PT ou do PMDB. A apresentação de provas auxiliares também não foi apresentada pelo texto jornalístico do jornal Correio do Povo, a única fonte foi novamente essa nota do partido. O uso de aspas não foi feito de modo correto para um texto objetivo, pois se tentou jogar toda a responsabilidade para o discurso da nota, tentando se eximir de responsabilidade. No último fato, sobre o texto elaborado em uma sequência adequada, o texto também deixou a desejar, pois qualquer ordem dos parágrafos não alteraria nada no entendimento do texto, já que não existe contraponto.

3.3 3ª edição – Jornal Correio do Povo do dia 18/10

A terceira edição analisada tem duas matérias que se encaixam na seleção proposta para este trabalho.

Figura 12 - Empresários propõem saídas ao RS



Fonte: Correio do Povo – Edição do dia 18/10/2014

O texto, da figura 12, revela em sua linha de apoio que apesar de os dois candidatos elogiarem o evento agenda 2020, nenhum deles apresentou uma proposta ou sequer comentou projetos. No início da matéria é informado que eles evitaram revelar seus planos de gestão para o Estado. Com essas palavras o jornal dá a entender que os dois candidatos já possuem seus planos de governos e não quiseram publicar nesse evento. Talvez por esse evento ser a agenda 2020, um movimento da sociedade gaúcha que diz estar em busca de um futuro melhor, os candidatos não quiseram apresentar as propostas para não entrarem em debate com esse público. Para finalizar o parágrafo, o texto ratifica que eles não avançaram em nenhuma iniciativa que pretendem colocar em prática. Então, o texto já constrói inicialmente em seu discurso que os candidatos a governantes do Estado não evoluíram propostas e projetos no evento que se denomina buscador de um futuro melhor, ou seja, no evento que se discute propostas para um RS melhor, os dois candidatos ficaram na inércia – já que não evoluíram, como citado no texto.

No terceiro parágrafo, onde é explicado que foi escolhido por sorteio a ordem dos candidatos a falarem, e Tarso Genro começaria, o jornal afirma que o candidato a reeleição estava diferente do tom mais veemente de debates recentes e demonstrou uma atmosfera amena, em que seu discurso trazia as palavras “meu amigo José Ivo Sartori”. Então, nessa construção textual, o texto coloca que Tarso Genro preferiu ser mais amigável e menos ofensivo, já que o texto diz que ele “deixou de ser veemente”, que no dicionário significa alguém impetuoso,

intenso e deixou uma atmosfera mais amena, que significa no dicionário algo agradável, suave. Ainda é posta a fala de Tarso Genro em que ele elogia a produção do evento, afirmando que não se originou pelo governo, o que para ele valida ainda mais a iniciativa. O texto ainda constrói que Tarso Genro comentou sobre pontos governamentais como a Previdência do Estado, aprimoramento das relações internacionais e a dívida pública, colocando em xeque o que foi construído na linha de apoio onde informava que nenhum dos candidatos apresentou propostas ou falou de projetos. As duas informações vão de encontro e dão margem para os leitores acreditarem que em alguma parte o texto deixou de corresponder com o que foi realizado.

Já no parágrafo que abre a fala de José Ivo Sartori, o texto constrói que diferentemente de Tarso Genro que mudou seu tom para o evento, o peemedebista abriu sua exposição com falas que caracterizam sua campanha e elogiou o evento agenda 2020. O texto traz que José Ivo Sartori, numa intervenção bem-humorada, disse que discordava do tema prioritário elencado pela iniciativa: gestão pública. Para ele, a principal prioridade é a educação. O candidato ainda disse que não vai prometer aquilo que não pode cumprir. Dessa vez o texto construído pelo jornal Correio do Povo sobre José Ivo Sartori fecha com a linha de apoio que afirmava que o candidato não apresentou propostas e não falou de projetos. O texto também finaliza a parte de José Ivo Sartori afirmando que, diferente de Tarso Genro, que reclamou da falta de tempo, José Ivo Sartori abriu mão de quatro minutos que ele ainda tinha de fala, precipitando o encerramento do encontro.

No final do texto, o jornal apresenta a fala do presidente do Conselho Superior da Agenda 2020, em que no texto construído ratifica que os candidatos não se comprometeram com as ideias apresentadas e nem fizeram menções sobre o relatório e sua relação com os programas do governo.

Esse texto foi construído de uma maneira objetiva segundo os quatro quesitos que Tuchman (1999) elenca para se ter um texto jornalístico genuinamente construído. O texto apresentou possibilidades conflitantes, uma vez que se utilizou da fala dos dois candidatos na matéria. Também trouxe provas auxiliares, como a fala de Humberto Cesar Busnello finalizando a matéria. Também usou as aspas corretamente, se utilizando da fala dos candidatos no evento, mas não atribuindo a eles toda a responsabilidade. O texto também foi construído de uma forma coerente onde no início é explicado o que o texto traz no título e na linha de apoio, depois é trazido a fala dos candidatos na ordem em que eles se apresentaram no evento. Para finalizar o texto ainda traz uma terceira fala, do representante da agenda 2020.

Figura 13 - Provocações em novo enfrentamento



Fonte: Correio do Povo – Edição do dia 18/10/2104

Já no título o jornal coloca que ocorreram “provocações” em um novo “enfrentamento”. No dicionário a palavra provocação significa atos que causam reação, que tem o objetivo de insultar; já enfrentamento é ação de defrontar ou atacar de frente. Logo no título já é possível perceber que no discurso criado pelo texto os dois candidatos estão em “pé de guerra”, já que no lugar de dizer um novo debate o jornal preferiu usar a palavra enfrentamento. No primeiro parágrafo, o jornal traz que a novidade para esse enfrentamento foi a postura de José Ivo Sartori, que foi mais agressivo em relações aos outros debates, e justificou o porquê dessa construção colocando logo após a fala de Sartori que ele confirma que seu partido é o PMDB, mas não o PMDB de Tarso Genro que apoia José Sarney e Renan Calheiros, uma crítica ao apoio de Tarso Genro a esses dois peemedebistas, onde o primeiro tem mais de 11 acusações no conselho de ética e o segundo renunciou à presidência do Senado em 2007 após diversas denúncias, que estavam coligados com a candidata à presidência Dilma Rousseff.

Se utilizando da fala do debate, o texto traz logo no segundo parágrafo a resposta de Tarso Genro, que acusou Sartori de não ser do mesmo PMDB do Michel Temer (então candidato à vice-presidente) que apoia Dilma Rouseff, o apontando como apoiador de Aécio Neves, que segundo Tarso Genro nunca fez nada pelo Rio Grande do Sul. Logo após o jornal trouxe a defesa de Tarso do projeto que tramitava pelo Senado e que, segundo o petista, é fundamental para o futuro do Estado. No parágrafo subsequente o jornal coloca a resposta de José Ivo Sartori afirmando que Tarso Genro mudou de opinião e está admitindo que é preciso reduzir a dívida do Rio Grande do Sul e mandou Tarso Genro parar de atribuir coisas ao peemedebista coisas que ele não pensa. O texto coloca, em seguida, o retruco de Tarso Genro que deseja apenas debater ideias e que a postura de “fugir do debate” não contribui. Nessa construção o jornal dá margem para que se entenda que Tarso Genro está colocando palavras

na boca de José Ivo Sartori, e que José Ivo Sartori foge dos debates, acusações feitas pelos candidatos que justificam o porquê da palavra enfrentamento no título da matéria.

Essa matéria foi um texto jornalístico genuinamente objetivo, segundo os fatores que Tuchman (1999) elenca para ser um texto dessa natureza. Ele apresentou possibilidades conflitantes, já que utilizou a fala dos dois candidatos a governança do Estado. Também exibiu provas auxiliares no final quando foi dito sobre o que mais os candidatos falaram. O uso das aspas foi correto, uma vez que o texto dividiu as falas com aspas e com estruturação sobre o que foi dito. E também foi estruturado de maneira correta, onde o primeiro parágrafo contextualiza a situação e nos outros é posto a fala dos dois candidatos entre acusações e respostas.

4ª edição – Jornal Correio do Povo do dia 26/10

A quarta e última edição analisada tem duas matérias que se encaixam na seleção proposta para este trabalho.

Figura 14 - Gaúchos escolhem entre Tarso e Sartori

Gaúchos escolhem entre Tarso e Sartori

Os gaúchos escolhem hoje – entre José Ivo Sartori (PMDB) e Tarso Genro (PT) – o ocupante do Palácio Piratini pelos próximos quatro anos. A disputa ficou acirrada na última semana, com troca de ataques entre os candidatos. No primeiro turno da eleição, Sartori obteve 40,40% dos votos válidos, e Tarso, 32,57%.

➤ **Tarso Genro (PT)**



FABIANO DO AMARAL / CP MEMÓRIA

■ Eleito governador no primeiro turno, em 2010, Tarso Genro tenta agora algo inédito no governo gaúcho: a reeleição. Desde 1982, nenhum dos governadores gaúchos que tentou continuar no cargo obteve sucesso. Nascido em 1947, em São Borja, Tarso foi eleito vereador de Santa Maria aos 21 anos, em 1968, pelo então MDB. Em pleno regime militar, após ter sido preso duas vezes, buscou exílio no Uruguai. Quatro anos depois, em 1972, retornou ao Brasil e, filiado ao MDB, passou a militar clandestinamente no Partido Revolucionário Comunista (PRC), braço do Partido Comunista. Formado em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria, Tarso construiu uma carreira como advogado trabalhista. Em 1988, já no PT, foi eleito vice-prefeito de Porto Alegre, na chapa de Olívio Dutra. Em 1990 disputou, sem sucesso, o governo do Estado. Em 1993 se elegeu prefeito, sucedendo Olívio. Em 2000, reelegeu-se prefeito. Deixou o cargo em 2002 para disputar o governo e perdeu novamente. No primeiro governo Lula, comandou o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e o Ministério da Educação. No segundo, o Ministério das Relações Institucionais e o Ministério da Justiça. Sua vice na eleição deste ano é Abgail Pereira (PCdoB). Além de PT e PCdoB, sua aliança reúne PTB, PTC, PROS, PPL e PR.

➤ **José Ivo Sartori (PMDB)**



FABIANO DO AMARAL / CP MEMÓRIA

■ José Ivo Sartori tenta chegar ao governo do Estado após ter ficado mais de um ano sem mandato e afastado das articulações políticas. Sartori nasceu em Farroupilha, em 1948. Graduado em Filosofia pela Universidade de Caxias do Sul, seguiu carreira como professor. A vida política começou em 1976, como vereador de Caxias do Sul, pelo então MDB. Quatro anos depois conquistou o primeiro mandato de deputado estadual. Nos anos seguintes, obteve sucessivamente mais quatro mandatos na Assembleia. Entre 1987 e 1988, no governo Pedro Simon, foi secretário estadual do Trabalho e Bem Estar Social. Em 2002 se elegeu deputado federal. Não chegou a completar o mandato. Em 2004 concorreu, pela terceira vez, à Prefeitura de Caxias do Sul e saiu vitorioso. Em 2008 disputou a reeleição, apoiado por uma coligação com 14 siglas, e teve só um adversário (o petista Pepe Vargas). Venceu no primeiro turno. Em 2012, Sartori elegeu o sucessor, Alceu Barbosa Velho (PDT), seu vice no primeiro mandato e em parte do segundo. No ano passado, Sartori ganhou o apoio do senador Pedro Simon para concorrer ao governo e venceu com larga margem a convenção realizada em 2014 para decidir quem seria o candidato. Seu vice é José Paulo Cairoli (PSD). Para a disputa ao governo, o PMDB aliou-se a PSB, PSD, PPS, PHS, PTdoB, PSL e PSDC.

Fonte: Correio do Povo – Edição do dia 26/10/2014

Essa matéria foi produzida no sábado para ser distribuída impressa no jornal de domingo, dia da eleição que definiria qual dos candidatos governaria o Estado por quatro anos. O discurso criado pelo jornal Correio do Povo nesse último dia de cobertura foi de apenas apresentar os dois candidatos. O que tinha para ser debatido e contestado já tinha sido feito. Agora era hora de os leitores darem uma última analisada nos perfis dos candidatos. No título o jornal já traz que os gaúchos terão que escolher entre um ou outro e na linha de apoio o jornal

contextualiza como foi o período de debate e qual foi a percentagem de votos de cada candidato no primeiro turno.

O texto é construído em duas colunas, com o mesmo espaço para cada um dos candidatos estabelecendo uma espécie de currículo de cada candidato. Do lado esquerdo aparece Tarso Genro (PT) com as informações que ele é o atual governador e trazendo toda a retrospectiva desde que ele tinha 21 anos e foi eleito vereador em Santa Maria. No final da sua retrospectiva o jornal coloca o nome da sua vice e os partidos que formam sua aliança de apoio. Do lado direito aparece igualmente José Ivo Sartori, informando que ele tenta ser governador após ficar mais de um ano afastado das articulações políticas. O texto também conta toda história de vida política do peemedebista desde que ele foi vereador em Caxias do Sul em 1976. No final o texto também apresenta seu vice e todos os partidos que se aliaram com o PMDB para a disputa. Martins (2005) defende o jornalismo político está cada vez mais interpretativo, porém esse texto aparece na contramão do que defende o autor, já que ele apresenta a história de cada um dos candidatos sem se utilizar de juízos de valor que contem se as gestões em que passaram foram positivas ou negativas.

Assim, pode-se concluir que o jornal procurou informar a vida política dos candidatos para que todos os leitores que já tenham escolhido os seus candidatos pudessem conhecer exatamente o que Tarso Genro e José Ivo Sartori fizeram em suas trajetórias políticas. Assim, conclui-se que esse texto atendeu a todos os quesitos que Tuchman (1999) elenca para ser um texto objetivo. Apresentou os dois lados da mesma maneira, sem usar juízos de valor. Também trouxe provas auxiliares para cada um dos candidatos. O uso de aspas não foi utilizado porque o texto se deteve apenas em apurar a vida política de cada um e não dar voz aos candidatos. O texto foi construído de uma maneira correta, uma vez que eles tiveram o mesmo espaço.

Figura 15 - “O domingo de Sartori” e “O domingo de Tarso”



Fonte: Correio do Povo – Edição do dia 26/10/2014

Nas duas notas publicadas o jornal tratou apenas de informar como seria o dia de cada candidato a governador do Estado de maneira pontual. Do lado esquerdo apresentou como seria o domingo de Sartori, passando a manhã e começo da tarde em rádios e televisões de Estado e

chegando de tarde em Caxias do Sul, onde o candidato vota. O jornal informou no final que o candidato concederia às 19h30 uma coletiva, após a apuração. Já no lado direito o texto traz a nota o dia de Tarso, que começou o dia votando logo de manhã cedo e depois se encontrou com a candidata à presidência Dilma Rousseff. De tarde iria às emissoras de rádio e televisão, e pela noite às 20h daria seu pronunciamento. Nessa construção textual o discurso do jornal tenta ser o mais pontual possível, sem usar palavras ou expressões que possam dar margem de alguma interpretação ou referência de algum embate que eles tiveram durante a campanha.

Esse texto também pode ser considerado objetivo, pois novamente o veículo deu espaços iguais para os dois lados, porém não apresentou provas auxiliares, como por exemplo quem confirma que essa será a agenda dos candidatos no dia da eleição, por mais que se saiba que são informações repassadas pelas assessorias, mas isso não consta. No uso correto das aspas, o jornal preferiu não trazer voz para o texto, talvez buscando não apresentar juízo de valor. As notas foram bem construídas, uma vez que tiveram o mesmo espaço e o mesmo tipo de informação de ambos os lados.

Nas matérias analisadas pode-se perceber que o uso correto das aspas foi o elemento de um texto jornalístico objetivo mais utilizado pelo jornal Correio do Povo na sua cobertura. Dos 15 textos analisados, 13 constaram o uso correto das aspas. Isso demonstra que, na visão de Tuchman (1999), os jornalistas enxergam as citações de opiniões como forma de prova suplementar, e assim, depois de inserir a opinião de alguém, os repórteres acreditam que deixam de participar na notícia. O segundo fator que mais apareceu, dos que Tuchman (1999) elenca, nos 15 textos considerados, foi da estruturação adequada, aparecendo em 10 dos textos analisados. Isso representa, nessa análise, que a cada três textos produzidos pelo jornal Correio do Povo, dois apresentavam uma estruturação apropriada, o que, segundo Tuchman (1999), é o aspecto mais possivelmente problemático para um jornalista conseguir objetividade em seu texto. Pode-se aceitar que nesse quesito a cobertura conseguiu ser objetiva. O que não aconteceu nos outros dois fatores: apresentação de possibilidades conflitantes e apresentação de provas auxiliares. Esses dois fatores apareceram apenas sete vezes cada, logo, cada quesito foi percebido em menos da metade dos textos jornalísticos construídos pelo veículo. Ou seja, em mais da metade dos textos, o jornal Correio do Povo construiu um discurso unilateral, sem apresentar a outra visão dos envolvidos nos fatos narrados. E também, em mais da metade dos textos o veículo não conseguiu cumprir o fato de apresentar provas auxiliares, o que segundo Tuchman (1999) deixa o texto com menor credibilidade e sem condições de sustentar as informações elencadas pelo repórter.

Com a análise, pode-se perceber que o jornal Correio do Povo trouxe inicialmente em suas matérias textos unilaterais, que defendiam e se baseavam apenas na fala do candidato que era enunciado pelo texto. Assim, pode-se enxergar uma construção de diversas falas unilaterais, principalmente nas duas primeiras edições analisadas, que contavam com 11 matérias dessa editoria. Já nas últimas duas edições, o jornal focou no enfrentamento, embate, provocações e palavras similares, que construíram um tom de combate entre os dois candidatos que concorriam ao governo do Estado, José Ivo Sartori (PMDB) e Tarso Genro (PT). Nessas edições, as características elencadas por Tuchman (1999) para a garantia de objetividade jornalística foram mais presentes.

Figura 16 - Quatro quesitos de Tuchman (1999) nos textos analisados

	Quantas vezes apareceram*	%*
Possibilidades Conflitante	7	46,6%
Provas Auxiliares	7	46,6%
Uso Correto das Aspas	13	86,6%
Estruturação adequada	10	66,6%
*15 textos analisados		

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim dessa monografia, percebeu-se através da construção da fundamentação teórica e da análise da cobertura das eleições para governador do Rio Grande do Sul em 2014 do jornal *Correio do Povo*, que o jornal nas primeiras edições analisadas ‘comprava’ o discurso de cada candidato em determinada matéria. Se a matéria era sobre Tarso Genro (PT), o jornal construía o seu discurso unilateralmente, bem como quando surgem as matérias do candidato José Ivo Sartori (PMDB). O jornal não procurou analisar os dois lados das informações abordadas, e também não colocou as vozes conflitantes na mesma matéria. Assim, nas duas primeiras edições analisadas, as matérias dão margem para que se compreenda que talvez os textos tenham sido produzidos a partir de releases enviados pelas assessorias dos candidatos. A ausência dos marcadores conflitantes, das provas complementares, dão margem para que não pareçam textos genuinamente jornalísticos os discursos produzidos pelo meio, nas edições analisadas.

Nas duas últimas edições, de sábado e domingo, a mudança do discurso do jornal já pode ser compreendida de outra maneira. Os textos enfatizam os embates entre Tarso Genro e José Ivo Sartori, desde a participação mais amena como no evento da agenda 2020, como nos mais árdios, nominados pelo texto das “provocações em novo enfrentamento”, em que se utilizou do debate do SBT. O jornal pareceu buscar esse atrito, mas sempre pelo lado objetivo, dando espaço para os dois, e sempre que possível com provas auxiliares. É como se o jornal quisesse colocar os dois lados acentuados para que o leitor escolha bem qual será a sua alternativa de governo. Exemplificando, na última edição, o jornal confirma essa divisão entre candidatos colocando os dois “frente a frente” com os seus currículos para buscar ser governador do estado em 2015: toda a trajetória de cada um é apresentada para que o leitor confirme o seu voto. Mas em nenhum momento o jornal pareceu ser favorável a um lado, o elogiando, ou desfavorável, o criticando.

Nesse mundo da construção a partir do jornalismo, a análise mostrou como pode ser alterado o entendimento do público através da utilização de algumas palavras ao invés de outras. Assim, em muitos momentos o jornal acaba construindo uma realidade partindo de fontes que para o veículo são de fácil acesso, porém isso não é apresentado ao público, assim não comprovando se essas informações são verdadeiras e se fazem sentido.

Tendo em vista que foram analisadas quatro edições com um total de 15 textos jornalísticos, entre matérias e notas, é possível compreender que a amostragem foi suficiente

para uma conclusão preliminar. Porém, se a amostragem fosse maior, poderia ter tido uma análise divergente, ou mesmo complementar.

Outra questão que fica visível com essa análise é que é importante avaliar as coberturas eleitorais dos veículos, pois esses são formadores de opinião, e por isso precisam ter responsabilidade com a informação que é passada para o seu público. Assim, cabe aos jornalistas analisarem os seus pares para saber como está sendo feita a produção desse material.

Particularmente, o resultado da pesquisa mostrou algo talvez já esperado: por mais que o meio tente ou se venda como objetivo, é muito difícil não se utilizar dos juízos de valor que o repórter – humano – adquiriu culturalmente em sua vida. Por mais que a intenção seja ser objetivo, em um momento ou em outro, vai acontecer algum tipo de tendência, seja ela por ouvir apenas um lado, ou trazer para um texto uma informação, mas não a comprovar com provas auxiliares, ou até mesmo estruturar o texto jornalístico de uma forma que o contraponto apareça apenas no final, onde toda a informação de um lado já foi posta. E isso, pode acontecer com intenção, ou não. Mas aparece.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Luiz. *A objetividade jornalística*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1996.
- BENETTI, Marcia. *Análise do Discurso em Jornalismo: estudo de vozes e sentidos*. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. (Org.). *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. 1ed. Petrópolis: Vozes, 2007, v. 1, p. 107-122.
- CHARAUDEAU, Patrick. A construção da notícia: um mundo filtrado. In: *Discurso das mídias*. São Paulo: contexto, 2009. p. 131-151.
- FÁVERO, Altair Alberto; Ediovani Antônio Gaboardi; CENCI, Angelo Vítório; RAUBER, Jaime José; TOMBETTA, G. L.; SOARES, M. *Apresentação de trabalhos científicos*. 4. ed. Passo Fundo: Ediupf, 2008. v. 1. 1p.
- GOLDENSTEIN, Gisela Taschner. *Do Jornalismo Político à Indústria Cultural*. São Paulo: Summus, 1987.
- JORNAL CORREIO DO POVO. *Origem e trajetória do Correio do Povo se entrelaçam com a História do Rio Grande*. Acesso em 26 de maio de 2015. <<http://www.cpovo.net/jornal/especiais/cpespecial/PDF/Fim08.pdf>>
- MARTINS, Franklin. *Jornalismo Político*. São Paulo: Contexto, 2005
- MEDINA, Cremilda Celeste de Araújo. *Lugar do jornalista: no centro das tensões*. In: Roberto Seabra & Vivado de Sousa. (Org.). *Jornalismo Político: teoria, história e técnicas*. 1ed. Rio de Janeiro-RJ: Record, 2006, v. 1, p. 24-35.
- MOLOTOCH, Harvey; LESTER, Marilyn. *As notícias como procedimento intencional*. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, 1999.
- PENA, Felipe. *Teoria do jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2005.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. *O acontecimento*. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, 1993.
- SEABRA, Roberto. *Jornalismo e político: história e processo*. In: Roberto Seabra & Vivado de Sousa. (Org.). *Jornalismo Político: teoria, história e técnicas*. 1ed. Rio de Janeiro-RJ: Record, 2006, v. 1, p. 109-140.
- TUCHMAN, Gaye. *A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas*. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, 1999.